



50
ANOS

1974
2024



UNICAMP
Programa de
Pós-graduação

Ciência Política

Geopolítica e Relações Internacionais:

do PPGCP Unicamp à
sua institucionalização
na pós-graduação brasileira

Entrevistado
Shiguenoli Miyamoto

15 de dezembro de 2022

Acervo Digital Cedec-Ceipoc

Coleção de 50 anos
do Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política
IFCH/Unicamp

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Unicamp:

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Diretores do IFCH

Andreia Galvão

Michel Nicolau Neto

Coordenador do PPGCP

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Subcomissão do PPGCP

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Andrei Koerner

Wagner De Melo Romão

Equipe Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

Pesquisadores

Andrei Koerner (Coordenador)

Lígia Barros de Freitas

Mariele Troiano

Raquel Kritsch

Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Aurora Leão Botelho

Waleria Oliveira Vicente Ferreira

Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi

Lucas Baptista

Ozias Paese Neves

Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Esta coleção traz entrevistas com docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Unicamp, e faz parte do projeto de memória por ocasião da comemoração dos seus cinquenta anos. O PPGCP foi criado em 1974 com uma proposta inovadora, com aprofundada formação teórica e metodológica de caráter multidisciplinar, para a produção científica de ponta e engajada na transformação das condições políticas e sociais do Brasil. Um dos mais tradicionais e importantes da área de ciência política no país, na qual imprime a marca da sua 'heterodoxia rebelde', o PPGCP recebeu nota máxima no último processo de avaliação da Capes.

A memória dos docentes do PPGCP confunde-se com a história da ciência política brasileira e com as transformações mais globais em nossa política e sociedade. O período compreende mudanças de grande alcance no regime político, na sociedade e no modelo de desenvolvimento do país, na forma de organização da Universidade, nas referências teóricas e modelos de pesquisa em ciências sociais e ciência política, bem como nas condições materiais e técnicas de pesquisa.

As entrevistas foram desenhadas com um espectro amplo de temas, para serem capazes de abarcar e registrar essas transformações como um todo. Como documentos de memória, elas trazem relatos da experiência didática e de pesquisa dos docentes, que traçam a formação e as mudanças dos programas e dos métodos de trabalho dos docentes. Eles estabelecem concretamente as articulações entre as mudanças no contexto político, as condições institucionais e objetivos do PPGCP com os projetos individuais e coletivos dos docentes pesquisadores. Esses documentos servem como instrumentos de apoio à formação dos discentes na medida em que disponibilizam, de forma sistemática e acessível informações sobre a trajetória das pesquisas e os vínculos entre projetos, atividades e produtos do PPGCP. Por isso, os documentos de memória servem como materiais para a pesquisa sobre o pensamento político brasileiro, uma das linhas do programa.

As entrevistas foram realizadas pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, cujo objetivo é estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos. A pesquisa foi financiada com recursos do PROEX/Capes (Proc. AUXPE n° 444/2021).

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Coordenador: Andrei Koerner

ENTREVISTADO:

Professor Shiguenoli Miyamoto

Entrevistadores:

Marcio Scherma

Lucas Baptista

Data de realização:

15 de dezembro de 2022

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, novembro de 2023.

INÍCIO DA ENTREVISTA¹

Lucas Baptista: Hoje, 15 de dezembro de 2022, damos início a uma série de entrevistas com os professores do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no marco dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em 2024. O objetivo das entrevistas com os professores, sobretudo os mais antigos do Programa, é o de apresentar suas contribuições e importância de seu legado ao curso, além de conversarmos mais a fundo sobre suas trajetórias de pesquisa e ensino, bem como suas visões e perspectivas acerca do tempo político presente. O Acervo Digital do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em conjunto com o Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (CEIPOC), foi elencado para realizar esse conjunto de entrevistas justamente porque tem como um dos seus objetivos centrais a realização de entrevistas com pesquisadores e professores para tratar dos impactos da crise do presente sobre as trajetórias de pesquisa.

O nosso entrevistado de hoje é Shiguenoli Miyamoto, que é professor aposentado do IFCH da UNICAMP, onde lecionou na área de Relações Internacionais e Política Comparada desde 1988. A partir de 2012, ele começou a atuar como professor colaborador voluntário no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Shiguenoli é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e suas pesquisas sempre se deram nas áreas de interesse da política externa brasileira, defesa e segurança americana e integração regional.

Professor, muito obrigado por aceitar participar desse conjunto de entrevistas que marcam os 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP. Também agradeço imensamente ao professor Márcio Scherma, que é quem vai conduzir a entrevista e para quem passo a palavra. Uma boa entrevista para todos e todas.

Márcio Scherma: Obrigado! Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para entrevistar o professor Shiguenoli em um projeto tão bacana e importante quanto esse, de manutenção e resgate da memória e história do Departamento de Ciência Política. E também por poder voltar a conversar um pouco com o Shiguenoli, pois fazia um tempo que não nos falávamos. Eu fui orientado por ele da graduação ao doutorado e nesse período pude acompanhar de perto a carreira dele. Não toda, mas uma boa parte. É um enorme prazer estar com ele novamente, discutindo um pouco desse período e muito além dele também.

Antes de começarmos, Shiguenoli, gostaria de explicar como vai funcionar a entrevista e fazer um resumo do nosso roteiro. A entrevista terá três partes principais. Na primeira, nós vamos falar um pouco sobre atualidade no campo das Relações Internacionais (RI) e discutir alguns temas contemporâneos. Depois disso, focaremos mais explicitamente na sua trajetória acadêmica, de pesquisa e inserção no Departamento e Programa de Pós-Graduação em

¹ Entrevista transcrita por Mariana dos Santos Escobar.

Ciência Política da UNICAMP, que é o centro da nossa conversa. Vamos tentar trabalhar, a relação entre os seus temas de pesquisa e o contexto político da época. Por fim, falaremos um pouco sobre perspectivas para o futuro, tanto pessoalmente quanto na área.

Começemos por suas atividades atuais. Como dito na apresentação, desde 2012 você é professor colaborador voluntário e, nesses dez anos, você continua publicando e pesquisando. Nessa fase da sua carreira, um pouco mais livre, quais têm sido os assuntos que mais tem te interessado?

Shiguenoli Miyamoto: Quero agradecer o convite para conversar um pouco sobre o nosso Programa e, também, a respeito das coisas que tenho feito ao longo desses anos. É sempre uma satisfação estar em contato com vocês, mesmo depois de algum tempo, principalmente nesses últimos anos.

Entrei no Departamento de Ciência Política em março de 1988, depois de ter feito uma seleção no ano anterior, em 1987, quando era professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no campus de Marília, junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Depois que me aposentei, em 2012, continuei desenvolvendo algumas atividades, em pesquisa, processo de seleção aos candidatos à pós-graduação (mais no San Tiago Dantas) e orientação de alunos, agora em número mais restrito, exatamente por causa da categoria de professor colaborador. Para efeito da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os alunos têm sido alocados preferencialmente aos membros do corpo efetivo. Pela primeira vez, inclusive, estou sem orientandos.

Nessa condição, minha participação é muito mais restrita. Fico vinculado somente à pós-graduação, sem atividade na graduação. E, mesmo na pós-graduação, as minhas aulas foram reduzidas ao longo do tempo. Eu dividia a disciplina de *Política Externa Brasileira* com os professores Clodoaldo Bueno (UNESP) e Flávia de Campos Mello (PUC). Nos últimos anos, porém, outra colega se responsabilizou pela disciplina e não estou mais desenvolvendo atividade docente junto ao Programa. Assim, tenho dedicado esforços aos projetos de pesquisa com as bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que usufruo há bastante tempo. Nos dez últimos anos, desenvolvi algumas atividades, escrevi alguns textos, participei de alguns eventos, no país e no exterior, sempre relacionados com o problema da política externa brasileira e questões de defesa. As publicações, no entanto, não têm sido feitas em número elevado, visto que não há mais necessidade de prestar contas para ascensão na carreira. Publico uma vez ou outra e contribuo com textos quando alguém solicita. Tudo de forma tranquila.

Entre algumas das atividades, disponibilizamos, também, uma hemeroteca de política externa brasileira no site LANTRI da Unesp², campus de Franca, com alguns milhares de recortes de jornais. Consto como um dos responsáveis pela organização da hemeroteca, graças à generosidade dos professores Tullo Vigevani e Marcelo Passini Mariano que foram os idealizadores e executores do projeto. Aliás, com o professor Tullo eu já tinha apresentado um projeto de pesquisa sobre meio ambiente e dívida externa há muito tempo, no início dos anos 1990, em 1992, mais ou menos por aí, no CEDEC. Mas, por uma série de motivos, apenas

2 Ver site: <https://www.lantri.org/>.

estive presente durante pouco tempo, ficando com ele toda a responsabilidade pelo desenvolvimento da pesquisa, juntamente com alguns jovens alunos que, depois, foram incorporados como docentes na UNESP e USP. Então, ele é um colega com quem tenho mantido diálogo constante há algumas dezenas de anos, desde que ele voltou ao Brasil depois da anistia.

Tenho ainda me dedicado a leituras de clássicos em geral e sobre política e política externa brasileira, que não consegui fazer ao longo dos anos. Estou aproveitando para fazer isso. E também porque a última pesquisa que solicitei ao CNPq é sobre a política externa brasileira e a ideia de um projeto nacional. Estou examinando os planos de governo desde 1930, abrangendo um período bem elástico, para saber o que é que os governos têm colocado como proposta para a inserção internacional do Brasil e se há uma continuidade (ou não) desse tipo de proposta. Esse é um questionamento que sempre foi feito por muitos colegas e que já explorei um pouco, a existência (ou não) de um projeto nacional visando protagonismo do Brasil no decorrer dos anos, independente das mudanças de governo e regime. Através de documentação, estou lendo e verificando se isso tem algum fundamento (ou não). É isso que tenho feito ao longo desses anos, mas de maneira mais sossegada. O meu tempo maior é dedicado a leituras, entre as quais se incluem ao lado dessas citadas, de autores da Antiguidade Clássica grega e romana, que sempre exerceram sobre mim grande fascínio, além da imensa coleção Brasileira. É isso que tenho feito de dez anos para cá, basicamente.

Márcio Scherma: Não deixa de ser um projeto bastante ambicioso e grandioso. Considerando que você é bolsista de produtividade, especialmente no período mais recente, você tem sentido algum efeito das políticas para educação, sobretudo nas Ciências Humanas? Tem tido alguma dificuldade de financiamento? De participação em evento ou de publicação? Tem sentido alguma mudança em relação às redes de cooperação acadêmica, nacionais e internacionais? Nessa última década, você notou alguma mudança nessas questões?

Shiguenoli Miyamoto: Em termos pessoais, nunca tive nenhum problema, porque sempre recebi recursos do CNPq, da CAPES e da FUNCAMP, e nesta última até pedia para alunos meus, para participação em congressos no exterior, na Argentina e até na Grécia. A bolsa do CNPq cobre uma série de coisas que necessito, dentre as quais a aquisição de material de pesquisa, livros e equipamentos que, vez ou outra, eu atualizo, além da possibilidade de viagens e participação em eventos. No entanto, nesses últimos anos, tenho ouvido muitas reclamações de colegas que não têm tido a possibilidade de obter recursos, tanto para as pesquisas quanto para participação em eventos e viagens ao exterior. Isso é uma coisa negativa porque impacta na possibilidade de as pessoas circularem um pouco mais, no contato delas com outros colegas, tanto nacionais quanto internacionais. Mas não tenho elementos quantitativos para comparar, por exemplo, os últimos anos. Essa é uma reclamação existente não só de dez anos para cá, mas que sempre esteve presente.

Há muitos anos, saiu uma pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) falando sobre os projetos financiados e, curiosamente, ela mostrou que a área de Ciências Humanas não era assim tão desprivilegiada. O que acontece é que muitos projetos das Ciências Exatas e Biológicas, principalmente nas áreas tecnológicas, apesar de

ser em menor número, têm um montante elevado de recursos, por causa da necessidade de equipamentos e instalações que são caros; enquanto para as Ciências Humanas o número de bolsas é elevado, mas a quantidade de recursos é menor. Faz tempo que não me debruço sobre essas questões. Antigamente, eu lia muito sobre uma variedade grande de assuntos, hoje estou mais seletivo. Aproveito agora para ler obras que anteriormente não tinham nada a ver com as minhas preocupações de pesquisa, mas que me interessam e faço isso atualmente porque tenho mais tempo disponível. Eu divido mais o tempo: uma parte para pesquisa e outra com leituras que gostaria de ter feito e que não fiz. Então, não consigo dar uma resposta tão assertiva para dizer se agora está ruim, pior do que antes ou não. O que tenho verificado é aquilo que acompanho pela imprensa, pela reclamação de alunos e colegas, pelo número de bolsas e projetos que são financiados ou não. Quando estava no comitê de assessoramento do CNPq e em outras vezes que fui convidado *ad hoc*, os colegas reclamavam muito por não ser contemplados com bolsas, mas o que acontece é que o número delas era limitado.

Márcio Scherma: Está ótimo. Especificamente no seu caso, como você tem a bolsa de produtividade, isso não foi uma questão que impactou fundamentalmente.

Ainda nessa linha de assuntos contemporâneos, gostaria de te fazer a seguinte pergunta: nos dias de hoje, temos uma ânsia cada vez maior pela produção rápida de conhecimento; a internet e esse fenômeno das redes sociais intensificaram muito esse tipo de análise diária que se faz ainda durante o desenrolar dos fatos. Não que as análises de conjuntura não sejam importantes, mas, muitas vezes, vemos artigos sendo escritos, alguns até publicados, inclusive em revista científica, no calor da hora. Ontem mesmo, recebi um e-mail de uma chamada para a edição de uma revista sobre a política externa nos 100 primeiros dias de governo Lula. O Lula nem assumiu e tem uma chamada dessa. Eu lembro sempre que você destacava a temeridade disso, ou seja, de se fazer análise com o governo ainda em curso, pois há o risco da realidade se transformar em questão de dias. Como você tem analisado esse fenômeno recente? Você acredita que tem havido, ainda mais, perda de rigor metodológico científico? Ou seja, em que medida o pesquisador de Relações Internacionais pode conseguir conciliar uma boa análise com essa exigência de velocidade do mundo contemporâneo? Como podemos lidar com isso?

Shiguenoli Miyamoto: O quadro tem sido muito competitivo nesses últimos anos. Por exemplo, o número de vagas para as pessoas serem contratadas nas universidades públicas é muito pequeno e um dos critérios de seleção é o número de publicações. São termos quantitativos. É muito difícil, às vezes, avaliar qualitativamente, ficar lendo texto por texto do material apresentado em um concurso e falar: “esse texto não tem boa qualidade”. Um dos elementos é o *Qualis*, mas ele também é muito discutido. Portanto, as pessoas têm se preocupado muito em produzir em termos quantitativos, que é uma forma de obter certa vantagem. Isso gera uma série de problemas.

Em primeiro lugar, as pessoas querem produzir e publicar textos sobre coisas que estão sendo faladas agora porque querem que isso conte como uma produção. Houve até algumas mudanças de critério para avaliar a produção dos colegas. Até há alguns anos, somente era

contabilizada a publicação de textos, capítulos e livros. Inclusive, essa é uma discussão bastante grande, sobre o que valeria mais: um livro, um capítulo ou um artigo de revista? As próprias entrevistas passaram, depois, a ser um elemento avaliado em termos de produção acadêmica. Então, as pessoas, às vezes - não é que se precipitam - têm uma ânsia bastante grande de falar não só sobre o assunto com o qual trabalham especificamente, mas a respeito de tudo. Falar sobre conjuntura interna e externa. Acontece algo no Peru e, imediatamente, em cinco minutos, já estão no ar falando ou escrevendo alguma coisa. Nós, que somos da área, imediatamente percebemos se quem está falando domina ou não o assunto sobre o qual está comentando. As mídias, hoje, facilitam que se façam esses comentários ou análises na internet no calor dos acontecimentos. Possivelmente, isso é um risco. Eu sempre preferi e fiz análises e estudos sobre o que se passou e não sobre aquilo que está acontecendo ou o que vai acontecer.

Eu também recebi essa mensagem propondo uma análise sobre os primeiros 100 dias da política externa do governo Lula. Ele ainda nem assumiu e está sendo proposta uma análise prospectiva. Além de que, é sempre difícil fazer esse tipo de análise porque existe uma série de elementos que podem atrapalhar e prejudicar a pesquisa. Acredito que isso está relacionado a uma ânsia em se colocar como uma pessoa atualizada e competente. Talvez devêssemos reduzir um pouco a ânsia de publicar ou falar. Os textos sobre conjuntura são extremamente importantes, mas a escolha de alguns objetos de investigação e as projeções sobre eles enquanto estão acontecendo, enquanto estão em pleno andamento, deve ser cuidadosa. Dou um exemplo.

Participei de uma banca de qualificação de mestrado na USP sobre as questões de integração do Brasil e a Argentina. O colega fazia uma análise mostrando que iria acontecer de determinado jeito. Depois, no governo Lula, aquilo simplesmente foi eliminado. Ou seja, ele ficou dois anos fazendo o trabalho para uma coisa que não existiu. É a ânsia de pegar um tema que está na ordem do dia. Se, de repente, der certo, ele pode falar: “olha, acabei de produzir, deu tudo certo”. Talvez devêssemos ser um pouco mais cuidadosos e menos ansiosos. Não há necessidade de se fazer propostas de textos assim, e também de falar em cima da hora. Não há elementos para análises mais elaboradas.

Em eventos como a prisão de uma das vice-presidentes da União Europeia ou o caso do Peru, no momento em que foi divulgada a informação, já havia pessoas comentando. A primeira pergunta que podemos fazer é: as pessoas sabem do que estão falando? Porque elas estão ouvindo o que os meios de comunicação e a internet estão propagando e, então, passam a reproduzir isso para mostrar-se como uma pessoa ativa, bem atualizada. E imediatamente divulgam nas redes sociais com os links. Não sei se isso é bom, eu tenderia a ver com certa ressalva. O mundo competitivo acaba levando a isso e a facilidade dos meios de comunicação é interessante, pelo acesso à informação, mas pode ter essa contrapartida.

Márcio Scherma: Sem dúvida. Na época do meu ingresso, o forte eram as pesquisas sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). E o projeto não se concretizou.

Shiguenoli Miyamoto: A pesquisa de mestrado que mencionei era exatamente sobre isso.

Márcio Scherma: Longe de querer te pedir uma análise de futurologia, mas gostaria de te fazer uma pergunta justamente sobre política externa brasileira. Como você vê esse cenário hoje? Estamos passando por um governo que fez movimentos na contramão daquela grande linha que vinha sendo seguida desde 1985. A partir do ano que vem, possivelmente, essa orientação anterior deve retomar. Eu gostaria de saber como você avalia as possibilidades postas hoje para o Brasil no cenário internacional, em termos de possibilidades, e se podemos chegar a algum protagonismo, sobretudo na área de mudanças climáticas.

Shiguenoli Miyamoto: Cada governo tem uma determinada proposta de política externa, de atuação em nível regional e internacional, mas isso depende muito das próprias conjunturas regionais e internacionais. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por exemplo, no período pós-Guerra Fria, foi forte a atuação das instituições multilaterais. Havia uma determinada concepção de inserção internacional dentro daquele mundo que passou a ser chamado de interdependente e globalizado. Dos anos 2000 para cá, nos quatro primeiros governos, inclusive, incompletos, o país tinha também uma proposta de inserção internacional. É claro que, às vezes, ela não se concretiza da forma desejada.

A inserção de um país que quer desempenhar certo protagonismo depende de duas coisas. Uma delas é aumentar a sua capacidade nacional em diversos itens: econômico, militar - que também é importante, embora não seja o elemento principal, porque nós não estamos em conflito há muitos anos -, mas, principalmente, de recursos humanos em setores de ponta, formação, investimento, pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia. Creio que a área de Ciência e Tecnologia é um dos elementos principais nas relações internacionais de hoje para aferir, não de maneira dura, uma atuação. Ela tem sido privilegiada nesses últimos anos, até porque certas tecnologias podem ser úteis em conflitos, como o próprio uso de *drones*, ou espionagem industrial. Uma atuação da política externa é interessante, por exemplo, quando existe uma ação conjunta com outros países para obter um número *xis* de votos nas organizações internacionais para atender determinada demanda. Isso aumenta a capacidade nacional. A outra é que, para fazer isso, é necessária certa anuência do próprio sistema internacional e das grandes potências. Não adianta dizer que tem capacidade e quer fazer parte do jogo. Não é assim que funciona. Se as grandes potências falam “não”, as coisas não funcionam.

Uma demanda do Brasil que poderia alavancar o papel de protagonista do país é ser membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso é uma coisa que o Brasil reivindica desde a época do Fernando Collor (1990-1992), depois com o Itamar Franco (1992-1994) e ainda no começo do governo Lula (2003-2011). Posteriormente, isso foi deixado de lado porque os Estados Unidos e outros países não tinham interesse. Mas essa reivindicação sempre consta da agenda brasileira. Da mesma forma, na primeira década dos anos 2000, houve o movimento para postular a entrada no Grupo dos 8 (G8). O governo até usou uma terminologia não muito adequada e a Ângela Merkel apresentou resistência. Então, o assunto morreu. Ou seja, não é só uma vontade individual, há necessidade de uma série de arranjos e de aumento das capacidades em todos os níveis.

Hoje o mundo é muito mais difícil, visto que os avanços na Ciência e Tecnologia ocorrem de maneira muito rápida. Um país que não investiu na área nos anos anteriores vai encontrar

muita dificuldade para se equiparar com os Estados mais avançados. Até porque, a pesquisa e desenvolvimento, Ciência e Tecnologia demandam uma quantidade muito elevada de recursos e isso não tem sido priorizado pelo governo há bastante tempo. Dizem que houve investimento e foram criadas universidades, o que é um fato, entretanto, essa criação se deu porque houve um aumento de arrecadação, mas não no percentual do PIB. A quantidade permaneceu fixa. Em resumo, se a arrecadação aumenta, há dinheiro; se ela diminui, entramos em dificuldades em todos os níveis, tanto nas federais quanto nas estaduais. É preciso aumentar o percentual em pesquisa e desenvolvimento, contudo nenhum governo tem feito isso de forma consistente, contínua, porque há necessidade de se fazer muitas negociações com agentes políticos. Inclusive, nesses últimos anos, temos visto o “orçamento secreto” e o desvirtuamento do uso dos recursos nessas áreas.

A conquista do protagonismo não acontece de um ano para o outro e não depende somente da vontade de um governo. Em um período de quatro anos, algumas frentes podem ser abertas, mas os resultados demoram muito mais tempo. Nesses últimos anos, fala-se no Sul Global, nas relações Sul-Sul, porém é preciso medir o peso que esses países têm na modelagem do sistema mundial de poder, das grandes organizações, desde a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Podemos até ocupar alguns cargos, mas em instâncias que não são tão importantes na definição do poder mundial (alvo perseguido pelo Brasil), ainda que tenham certo destaque em termos econômicos ou políticos. Para isso, o país teria que ter um projeto independente de governos, um projeto de Estado, de média a longa duração, com continuidade. Entre os quatro anos de um governo e o início do próximo, no entanto, há muitas mudanças. A nossa história mostra que, quando um governo assume o poder, ele quer registrar sua marca, o que acaba afetando as políticas anteriores, mesmo que estas sejam consideradas boas. Isso ocorre com todas as políticas públicas que caminham de maneira muito vagarosa, não somente na área de política externa. Estamos sempre em um “alto e baixo”, ao invés de seguir uma curva ascendente. Isso é uma coisa para décadas e que não tem sido feita.

Eu não seria tão otimista para dizer que, com a mudança de governo, teremos um protagonismo maior. A agenda internacional é muito ampla e diversa. Vamos ver, por exemplo, como se comportará o governo frente a questão ambiental que tem sido alvo de constantes ressalvas não só no âmbito interno, mas também no contexto externo. De repente, pode haver tentativas de anular as políticas que não foram adequadas nesses últimos anos até retomar o caminho. Demora mais tempo para colocar as coisas em ordem e começar a ascender do que destruir. Destruir é muito mais fácil.

Márcio Scherma: Sem dúvida. Ainda um pouco nessa linha, lembro que boa parte dos seus estudos se debruça sobre a Amazônia. Pesquisas nas áreas de defesa e segurança pós-redemocratização, pensando os novos desafios que surgiam no Brasil a partir dos anos 1980 e 1990; as ameaças transnacionais do narcotráfico, a pirataria e as próprias questões ambientais. Após a pacificação daquela região do Prata, as atenções teriam se voltado, especialmente, para a Amazônia. Recordo, inclusive, que você contou que, uma vez, chegou a participar de uma mesa que discutia a Transamazônia com o próprio Chico Mendes. Atualmente, essa é

uma área bastante sensível e, inclusive, um ponto que o Brasil, eventualmente, pode querer exercer algum protagonismo no cenário internacional. Mas, nos últimos anos, vimos um forte recrudescimento da violência e das ações ilegais na fronteira norte. Em 2022, por exemplo, os assassinatos de Dom Phillips e Bruno Pereira se tornaram um símbolo dessa deterioração. Como você avalia esse cenário? O que precisaríamos fazer para trazer de volta certa estabilidade à região amazônica? E qual seria o papel das Forças Armadas nisso? Como separar defesa e segurança, delimitando papéis em um cenário tão complexo?

Shiguenoli Miyamoto: Quando comecei minhas pesquisas, nos anos 1970, eu me preocupava com as questões mais ligadas à Geopolítica, tanto é que eu fiz o meu primeiro trabalho sobre isso e, depois, a vinculei com a própria política externa brasileira. Naquela época, os estudos ainda estavam em uma fase muito incipiente. Nós não tínhamos, praticamente, com quem dialogar. A própria bibliografia de Relações Internacionais era difícil. Cito mais um exemplo interessante: na década de 1970, quando precisei do livro do Hans Morgenthau³, tive que importar dos Estados Unidos. O mesmo aconteceu com o do Raymond Aron⁴, que veio da França. Diferentemente de hoje, você entra em um site e em três dias tem o livro, era muito moroso o processo de acesso a obras estrangeiras. As livrarias tinham um catálogo bem volumoso (parecido com as antigas listas telefônicas), um *index* internacional produzido nos Estados Unidos, por meio do qual se faziam os pedidos. Então, eu pedi uma série de livros, entre os quais, o do Alfred Mahan, do Halford Mackinder, do Morgenthau e do Raymond Aron. Eu fiz esse pedido em uma livraria chamada Brasiliense, que ficava bem no centro de São Paulo. Demorou mais de seis meses para eu receber esses livros. O próprio professor Oliveiros da Silva Ferreira nunca tinha lido essas obras, porque nunca as tinha comprado, e nenhum dos colegas possuía. Depois, nós as reproduzimos às dúzias. A partir dos anos 1980 a situação melhorou bastante, e uma bibliografia importante de Ciência Política e Relações Internacionais passou a ser acessível. Foi quando a Universidade de Brasília (UnB) publicou coleções de clássicos coordenadas pelo, hoje, embaixador Carlos Henrique Cardim.

Nessa época, as preocupações da agenda brasileira encontravam-se voltadas para a Bacia do Prata. No final dos anos 1970, o Acordo Tripartite em parte resolveu essas questões, direcionando o foco mais para a Amazônia. Foi quando passei a me preocupar com isso. Comecei a produzir alguns textos sobre esse problema sob o ponto de vista estratégico, até porque, em meados dos anos 1980, começou a se falar no Projeto Calha Norte. Eu produzi textos, alguns colegas leram e passei a participar de uma série de eventos na área. Um desses escritos tratava da ocupação do espaço amazônico e foi publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*⁵ em seu único exemplar de 1989. Em outubro de 1988, estive em um evento bem grande que abordava a desordem ecológica na amazônica, organizado pelo professor Cândido Mendes de Almeida, no Rio de Janeiro. Lá estavam pessoas muito importantes, como José Augusto Pádua, que é um ambientalista, a Maria Tereza Jorge Pádua, Nelson de Figueiredo Ribeiro que era o ex-ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário do governo de José Sarney, Ailton Krenak e o próprio Chico Mendes. Dois meses depois, aconteceu o assassinato de Chico Mendes em Xapuri, com

3 Morgenthau, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

4 Aron, Raymond. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy, 1962.

5 Miyamoto, Shiguenoli. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, UnB, 1 (1): 145-164, março de 1989.

grande repercussão internacional. Em resumo, esses temas passaram a chamar minha atenção e dediquei algum tempo a eles, e que ainda continuo. Nos anos 1990, escrevi algumas coisas ligadas a tudo isso, porque eu acompanhava bastante a questão ambiental, sobre a segurança, o desenvolvimento e o que acontecia em toda aquela região. Eu tinha contatos acadêmicos bastante bons com colegas que pesquisavam esses problemas e conversava bastante com eles, como o professor Argemiro Procópio. Inclusive participei de seminários em Manaus sobre o tema, a convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e também em Boa Vista e em Belém nas Universidades Federais de Roraima e Pará, com a participação dos comandantes militares dessas regiões. Em Curitiba, em 1987, estive presente em um seminário sobre problemas amazônicos, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia e Instituto de Estudos Amazônicos, onde se encontravam antropólogos de grande prestígio como Maria Manuela Carneiro da Cunha e Mário de Almeida. Aí se discutiu o Projeto Calha Norte e a política de desenvolvimento para a Amazônia. O mesmo se sucedeu em encontro no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1989, com os professores Antônio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira, quando o assunto foi centrado no problema dos índios, militares, recursos naturais e fronteiras. Essa foi uma das razões para um dos projetos que apresentei no CNPq para bolsa, nos anos 1990. Porém, a questão amazônica não é um problema recente. Coincidentemente, neste momento, estou digitalizando um acervo de jornais bastante grande, onde consta parte substantiva sobre temas amazônicos.

Nos anos 1960, no governo Castelo Branco (1964-1967), já havia denúncias muito fortes sobre a destruição da Amazônia para a construção de pastagens. Aliás, no final dos anos 1970, um colega defendeu uma dissertação muito boa sobre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁶. Um trabalho bastante importante. A questão ambiental passou a adquirir um papel relevante depois da Conferência de Estocolmo, de 1972. Naquele período, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o Secretário de Planejamento à época, João Paulo dos Reis Velloso, teria dado uma afirmação muito controvertida dizendo que se a devastação do meio ambiente era sinônimo de progresso, o governo continuaria nessa direção. Isso teve um impacto muito negativo. Assim, essa questão foi adquirindo um papel importante, mas não nas políticas governamentais, e isso é uma coisa interessante.

A primeira preocupação consistente, em termos de segurança da região amazônica, veio depois que acabou o regime militar, com o Projeto Calha Norte. Antes, o governo estava concentrado na ideia da internacionalização da Amazônia, como no Tratado de Cooperação Amazônica de 1978. Dez anos depois, apareceram as afirmações do próprio José Sarney (1985-1990), dizendo que havia denúncias significativas sobre a internacionalização da Amazônia. Daí a existência do Projeto Calha Norte, que foi sucedido pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), já no governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A dificuldade em se estabelecer uma política rigorosa e forte sobre isso está relacionada com o fato de que toda a política governamental brasileira sempre esteve voltada para as Regiões Sul e Sudeste. Nos últimos 20 ou 30 anos, passou a haver denúncias frequentes sobre a região amazônica, porque passaram a devastar muito e privilegiar outro tipo de cultura. E é claro que, para fazer isso, também houve prejuízo tanto da fauna como da flora. Atingindo, inclusive, as populações indígenas. Mas isso tudo é bem antigo.

6 Costa, Vicente da. *Sociologia do planejamento estatal: a SUDAM e o desenvolvimento capitalista da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1979.

Nenhum governo tem se preocupado de maneira rigorosa com a resolução desses problemas. Eles estão mais concentrados em relação à fronteira ou outra possível questão. Por exemplo, na época do Projeto Calha Norte, falava-se muito na Colômbia e na Venezuela. Da Colômbia, diziam que “o M-19 está perto da fronteira, é preciso se preocupar com isso”⁷. Talvez tenha sido uma preocupação excessiva, mas, também, com o final do regime militar, as Forças Armadas não tinham outra preocupação a não ser com a região amazônica. Não havia mais problemas na região do Prata, já que em 1986 foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACS); restava a região amazônica. Eu não me lembro do montante de recursos canalizados para os projetos de lá. Uma colega defendeu uma dissertação na Unesp de Araraquara justamente sobre esses valores. Não sei se o governo efetivamente tentou resolver os problemas que afetavam as comunidades, a população, a fauna e a flora. O acompanhamento pelas notícias divulgadas diariamente aponta o contrário. As autoridades estavam mais preocupadas com o crescimento nacional, com a ocupação da área de forma desordenada. Isso criou impactos muito grandes e o governo passou a ser duramente criticado internacionalmente. Na construção de uma usina, o impacto ambiental não parecia ser algo importante. Nos governos dos anos 2000 para cá, a questão ambiental não foi tão relevante que merecesse atenção prioritária, a não ser em termos discursivos.

Eu vou citar um exemplo que nunca falei. No final da década de 1990, em uma das campanhas do governo Lula, eu e um colega da Unicamp fomos convidados a falar sobre a questão ambiental em um comitê do PT no centro de São Paulo. Estavam presentes muitas pessoas do Partido dos Trabalhadores (PT), como o Luiz Gushiken e José Genoíno. Só não estavam o Francisco Weffort, porque ele já tinha saído do PT, Lula e Marco Aurélio Garcia. Falei bastante sobre a importância da Amazônia e todos concordaram, contudo, eles simplesmente não se preocuparam com essa questão porque, possivelmente, não dava votos. Pelo que me lembro de ter lido no programa do partido naquelas eleições o tema ambiental recebeu atenção reduzida. A campanha eleitoral é dirigida para a obtenção de determinados recursos e, para um resultado mais imediato, que é se eleger. Talvez, o governo tenha privilegiado no contexto a integração no plano regional, voltada para a América do Sul. A Amazônia sempre ficou relegada e muitas pessoas se aproveitam disso. Existe falta de definição de políticas mais rigorosas em relação às fronteiras, segurança, e depois, o problema do contrabando, desmatamento, queimadas, exploração ilegal de minérios e o tráfico de drogas. Hoje já existe até uma terminologia que é a narcogarimpo. Em uma área muito extensa com milhares de quilômetros é muito difícil chegar e desenvolver políticas adequadas, por causa da carência de recursos. Eu sempre tive dúvidas sobre se o governo realmente tem vontade de resolver essas questões, que parecem ser consideradas secundárias. Às vezes, e isso acontece desde os anos 1960, são adotadas medidas paliativas, para responder às críticas internacionais que surgem diariamente. Há muitos interesses em jogo.

Não gosto de fazer análises prospectivas e afirmar que determinado tema vai ganhar maior ou menor relevância, mas, pelo menos, o futuro governo [Lula 3] está dizendo que a questão ambiental vai ser extremamente importante. Porém, eu me pergunto: se será assim, por que não se define logo o que vai ser feito e uma equipe? Já existem brigas in-

7 Movimento 19 de Abril.

ternas em que parecem considerar o Ministério do Meio Ambiente um lugar secundário. Ou seja, parece que não é a coisa mais importante ou tanto quanto se fala nessas reuniões da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP). Desempenhamos um papel mais retórico do que efetivamente resolvemos as coisas.

Não sei se isso ainda persiste, mas, há alguns anos, falava-se assim: “a questão ambiental é uma coisa importante, daqui a 50 anos chegaremos a um momento em que a situação vai se tornar irreversível” e muitos diziam: “bom, daqui a 50 anos eu já estarei morto. Isso é problema das gerações futuras”. É um raciocínio muito egoísta. E, talvez, os governos somente priorizaram isso em termos retóricos. Todos os dias se fala na Agenda Verde, mas vemos o que é efetivamente implementado em termos de cultura da região, de proteção das populações indígenas, da fauna e da flora. Não sei se isso tem melhorado e se é possível, também, resolver essas questões em poucos anos. Penso ser extremamente difícil, porque, uma coisa quando é destruída, principalmente em termos da flora, é difícil promover a recuperação em um curto prazo. O próprio Lula e outros falavam que não se podia tratar a região amazônica como um santuário ecológico. Claro que não, mas há a necessidade de que todos participem e, especialmente, que o governo trace diretrizes para que, aquilo que esteja sendo feito de forma inadequada, seja interrompido ou caminhe de forma mais vagarosa.

Márcio Scherma: Perfeito. Em aula, você sempre pontuou essa diferença entre pesquisas que, às vezes, se debruçam única e exclusivamente em discurso e aquelas que fazem essa análise, mas, também, vão para o que de fato foi feito: a materialidade, o volume de recursos, ações e pessoas empregadas ali. Sem dúvida temos uma discrepância muito grande entre discurso e prática na Amazônia. Vamos ver se isso vai se alterar no futuro próximo.

Para fechar essa parte de temas contemporâneos, gostaria de fazer mais uma pergunta. Como parte da sua produção acadêmica, você não somente pesquisa e escreve no campo das Relações Internacionais, como também sobre ele. Se não estou enganado, em 1983, você publicou o seu primeiro trabalho sobre a constituição da área no Brasil. São mais de três décadas escrevendo sobre o tema. Em 1974, tínhamos um único curso de Relações Internacionais no país, o da Universidade de Brasília (UnB), e hoje temos inúmeros, tanto públicos quanto privados. Gostaria de ouvir um pouco sobre sua avaliação desse cenário. É possível dizer que tivemos um superdimensionamento da demanda por cursos de Relações Internacionais? Ela já está em um ponto ótimo? Qual sua avaliação sobre a colocação dos egressos no mercado de trabalho brasileiro? O mercado já reconhece as virtudes do profissional de Relações Internacionais? Quais os obstáculos ainda persistem?

Shiguenoli Miyamoto: A minha formação é em Ciências Sociais e Ciência Política e meus temas de pesquisa envolviam esse campo de questões estratégicas, militares e relações internacionais; embora, na mesma época, eu trabalhasse com outro tópico, relacionado a partidos políticos, sistemas partidários e pesquisas eleitorais em um centro de pesquisa. Ter escrito um pouco sobre a área de Relações Internacionais esteve relacionado ao fato de que não tínhamos ideia de quem éramos e sobre o que cada um trabalhava.

Como eu vivenciei praticamente o início da área, participando diretamente do processo, ao longo dos anos, fui coletando informações e conversando com os colegas. Em 1974, o curso da UnB foi criado.

Fazíamos um encontro para reunir o pessoal das Relações Internacionais do país e éramos meia dúzia. Íamos a um seminário e encontrávamos algumas pessoas, quando participávamos de outro, eram os mesmos colegas que estavam lá. Houve até um seminário organizado pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) em 1989 no Rio de Janeiro chamado Encontro das instituições que trabalham com Relações Internacionais no Brasil. Acho que o coordenador era o professor Bernardo Sorj. Mas demorou muito até que, somente a partir de 1995 houvesse esse crescimento da área, com a criação do curso da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e, depois, na PUC de Minas Gerais no outro ano. No caso da PUC de São Paulo, como não tinham, ainda, professores para disciplinas específicas da área de Relações Internacionais, foram convidados colegas para se encarregar delas, como Oliveiros Ferreira, Tullo Vigevani, Henrique Altemani de Oliveira e eu, que fiquei lá de 1997 a 1999. Depois de 3 anos, a UNICAMP não autorizou mais minha permanência como colaborador da PUC. Esse aumento da oferta do curso de Relações Internacionais primeiro aconteceu com as universidades e faculdades particulares, que se expandiram em um número bastante grande em cerca de dez anos, para, então, as federais e estaduais passarem a oferecer a graduação em Relações Internacionais. Hoje, praticamente, todas as universidades públicas do país têm o curso. Esses dias mesmo, fiz uma relação dos cursos a partir da página do Ministério da Educação (MEC), mas eu não me lembro dos números. Às vezes evito mencionar datas e números porque a memória costuma nos trair.

E o que aconteceu ao longo dos anos? Quando já não tinha mais a Guerra Fria, em meados dos anos 1990, com o mundo interdependente e globalizado, a internet passou a exercer um papel maior na obtenção de informações. Inclusive, foi quando compramos o primeiro computador pela UNICAMP. A UNICAMP decidiu que precisava se inserir no mundo e, para isso, abriu uma concorrência internacional para a aquisição de 1.000 computadores. A IBM ganhou a licitação e nós docentes compramos as máquinas, e as utilizamos durante bom tempo. Quando os computadores ficaram muito defasados e já havia outras opções no mercado, devolvemos as máquinas para a universidade. Embora cada docente tivesse pago pelos equipamentos, formalmente esses eram da universidade. Provavelmente isso ocorreu por causa de prestações de conta, questões burocrático-administrativas, etc. Não tínhamos internet como as hoje existentes, as informações eram de difícil acesso e usávamos um programa chamado DOS. Ou seja, nessa época se falava muito na questão da interdependência, que o mundo era globalizado e que havia necessidade de se pensar a inserção do país e de seus profissionais.

O curso de Relações Internacionais seria uma dessas alternativas. Já tinha a graduação da UnB e, depois de 1984, começou a pós-graduação nessa mesma universidade. É possível que os cursos começaram a aumentar em função dessa demanda. É claro que, quando se fala sobre uma coisa nova e se tem a expectativa de que muita gente vai ser absorvida, as instituições pensam em termos mercadológicos. O que é que o mercado precisa? Precisa de profissionais de Relações Internacionais, que estava na moda, em um mundo novo pós-guerra fria. Então, eles abriram os cursos. Estou falando isso, porque, desde a metade dos anos 1990, até 2002, fiz parte das primeiras comissões (sempre dois professores) do MEC para a autorização dos

curso de Relações Internacionais em faculdades privadas, e inclusive na discussão do manual de instruções utilizado para avaliar os pedidos. As universidades públicas têm autonomia para criação de cursos, então não estavam incluídas em nossas visitas. Inclusive, participei da comissão responsável por elaborar a minuta para reforçar os programas de mestrado no começo dos anos 2000.

Fomos a muitas instituições em todo o país e, em alguns lugares, a resposta sobre a motivação para abertura de um curso novo era “Porque estão falando aí que é uma coisa importante, então, vamos criar”. Esse foi o caso, por exemplo, de uma demanda em certa capital da região Leste. Um empresário de lá descobriu um colégio de freiras que funcionava só pela manhã, ficando durante à tarde e à noite desocupado. Como ele tinha um dinheiro que queria investir, decidiu aproveitar as instalações para criar uma faculdade. Com quais cursos? O primeiro foi Relações Internacionais. Nós fomos lá duas vezes, fizemos a avaliação e não aprovamos. Muitas pessoas não gostavam e questionavam nossa posição, mas não tinha condições de aprovar. E isso acontecia muito. Diversas outras coisas curiosas aconteceram. Em uma das visitas a uma instituição de outra capital, cuja solicitação não atendemos, as instalações e infraestrutura não eram adequadas, além de outros problemas. No meio da visita o dono da faculdade apareceu com o secretário de obras da prefeitura dizendo que resolveria tudo. Nesses anos todos, então, acumulamos muitas histórias, algumas delas estou contando aqui.

Embora houvesse uma baixa qualidade em muitos casos, com reprovação e avaliação negativa, não posso dizer que isso era uma política nacional deliberada dos responsáveis pela autorização final. A comissão de avaliação fazia a verificação de todas as condições de ensino e infraestrutura, emitia um parecer, mas eram instâncias superiores que resolviam se autorizavam ou não o funcionamento do curso. Muitos acabaram sendo criados e depois fechados. Não adianta somente criar o curso, os alunos precisam ter boas bibliotecas, fazer estágios e atuar efetivamente em um cenário no qual não estão acostumados. Isso aconteceu também em cidades pequenas. Alguns colegas docentes não tinham formação específica na área de Relações Internacionais, o que também fez com que muitos cursos fechassem. É provável que tenha havido um superdimensionamento, um crescimento exagerado da área e o mercado não conseguiu absorver. Pode ter ocorrido, também, que muitos formandos não tenham tido formação adequada e não conseguem entrar no mercado que é sempre muito competitivo.

De uns dez anos para cá, tenho recebido mensagens com frequência sobre a formação de pessoas, sobre a atuação no mercado de trabalho e falando em encontros de profissionais de Relações Internacionais. Aliás, vai haver um agora em que tem se falado em um quadro de 4.000 profissionais disponíveis. As instituições devem se preocupar em colocar esses colegas no mercado de trabalho. Eu nunca pesquisei isso, mas tenho lido trabalhos que indicam em quais empresas estão os egressos. Porém, ainda não vi isso em nível nacional. Qual é a vantagem para o empregador ter um egresso de Relações Internacionais ou de outra área? Nós sempre dizemos que o profissional de Relações Internacionais teria uma capacidade bastante grande de entendimento de uma série de elementos internos e externos. Ele teria uma formação bastante boa, multifacetada, para atuar. Isso seria um elemento favorável. Mas, o que os empresários, os empregadores, colocam como condição para que, por exemplo, a sua empresa vá atuar no cenário internacional ou com exportações? Eles preferem alguém forma-

do em Comércio Exterior e Economia ao invés de Relações Internacionais? Porque uma boa formação em Relações Internacionais pode ser entendida como uma coisa mais acadêmica. É claro que os cursos têm currículos diferenciados. Uma universidade no Espírito Santo tem uma carga horária e estrutura curricular diferente da UnB ou da PUC de São Paulo e USP, ela é mais voltada para o mercado de trabalho.

Os profissionais dessas instituições, provavelmente, têm uma boa inserção no mercado de trabalho porque trabalham com coisas mais empíricas. Eles trabalham com alfândega, por exemplo. Enquanto que alguém mais próximo das grandes instituições federais e estaduais está voltado para uma formação que é mais acadêmica. E a academia não absorve tanta gente, porque, quando a pessoa faz a pós-graduação e se insere no mercado de trabalho, principalmente em uma universidade pública, com uns 30 anos de idade, dificilmente ela vai sair dali durante as próximas décadas. As novas pessoas formadas não conseguem entrar e os departamentos não vão aumentar para absorvê-las. É um mercado um pouco mais difícil. Entretanto, em nível nacional, eu não tenho essas informações em termos quantitativos. Somente ouvi colegas dizerem que seus egressos estão em tais empregos, em termos percentuais. Seria necessário ver isso nacionalmente para entender o que realmente acontece com a nossa área e se há necessidade de fazer mudança de currículo. Todo mundo sabe que o problema é se adequar para determinada especificidade local. O problema é o currículo atender às necessidades das pessoas como um todo. Quando o mercado de trabalho está difícil, como hoje, elas não podem ou não querem fazer um curso porque ele é bonito, porque dá uma boa formação, elas querem que o mesmo as ajude na obtenção de um emprego porque as coisas não são fáceis.

Márcio Scherma: A diversidade, a própria possibilidade intrínseca que o curso tem de dar mais foco para uma área ou outra acaba moldando diferentes perfis. Como você disse, aqueles que estão mais próximos de portos, por exemplo, tem um perfil *xis*. Lá em Dourados (MS), que é uma região de fronteira, tem outro perfil. Isso é uma característica do curso. Terminamos a primeira parte da entrevista e, agora, entraremos na sua trajetória acadêmica e de pesquisa. A sua carreira no Brasil se iniciou em 1972, na USP, no curso de Ciências Sociais. No entanto, você tem uma graduação incompleta em medicina na Universidade de Coimbra. Você poderia nos contar como foi essa mudança de área? Por que você optou por sair da área da saúde para o estudo das Ciências Sociais?

Shiguenoli Miyamoto: Eu teria que retornar um pouco na história. Na minha casa, as condições eram bastante difíceis, meus pais eram imigrantes e sempre moraram no meio rural. Eu, inclusive, nasci e fui criado no meio rural, em um sítio e, depois, numa vila num distrito chamado Guarani d'Oeste, onde estudei os três primeiros anos do primário. O lugar hoje tem 2 mil habitantes, então, imagine nos anos 1950. O primeiro semestre do primário frequentei em um distrito de Fernandópolis, chamado Brasitânia. Apesar de as condições serem muito difíceis, pelo que me lembro, nós sempre tivemos jornais. Meu pai assinava um jornal japonês chamado *São Paulo Shimbun*. Em 1957, nós já estávamos em Fernandópolis, o jornal chegava depois de uns quatro ou cinco dias e a gente ia buscar na caixa postal dos Correios. Eu lia alguns jornais que tinha lá na escola e, depois de alguns anos, fizemos a assinatura também

de *O Estado de S. Paulo*, e passamos a receber o jornal no dia seguinte. Imagine, o jornal saía de São Paulo, era transportado até a cidade e a distribuição era no outro dia. Mesmo assim, eu acabei lendo bastante. A leitura sempre me atraiu. Naquela época, quando perguntavam “o que você vai estudar um dia?”, a resposta era “advogado, médico ou engenheiro”. Eu não gostava da Medicina e da Engenharia, pois sempre me dediquei mais à parte de Humanas. Na escola, nos anos 1960 e 1970, existiam três áreas tradicionais que poderiam ser feitas após o ginásio: o *científico*, que era voltado para área de Exatas e Biológicas e que quem fazia ia para Medicina ou Engenharia; o *clássico*, para aqueles que iam fazer Letras, Direito e outras na área de Humanas; e o *normal*, quando em três anos a pessoa saía com a formação de professora normalista.

Quando acabei o ginásio, me inscrevi no *clássico*, porém, aconteceu um problema. O diretor avisou no começo do ano que o *clássico* não seria oferecido, dado que havia somente dois candidatos e não haveria professores nem turma. Então, tivemos que nos matricular no *científico*. Não havia outra opção a essa, a não ser as escolas particulares com o curso de Comércio e Contabilidade, que eram voltados para o trabalho, ao contrário do *científico* e *clássico*. As turmas do *normal* eram compostas por 95% de mulheres e elas saíam todas como professoras do curso primário. Fui para o *científico*. No segundo ano, era feita a escolha entre as áreas de Exatas ou Biológicas e eu optei pela segunda. Nesse meio tempo fiz um concurso do Banco do Brasil em 1965, que foi o primeiro que teve naqueles anos, mas como eu não tinha 18 anos, somente comecei a trabalhar depois, em 1966, quando tomei posse na agência do banco em Fernandópolis. Eu fazia o *científico* das sete às onze e meia da manhã e trabalhava do meio-dia às seis da tarde. Falei com o diretor do Colégio e ele liberou-me para que saísse um pouco antes de acabar a última aula. Eu saía do curso, ia para casa almoçar, tirava o uniforme escolar, e depois corria para o Banco que, na época, exigia o uso de roupa social.

Quando acabou o curso, existia a possibilidade de fazer vestibular. Na época, eles eram também concentrados em três áreas diferentes. Aquelas pessoas que queriam os cursos de Medicina, deveriam fazer uma seleção através de uma instituição chamada Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas (CESCEM), que juntava a USP e a Escola Paulista de Medicina, atualmente UNIFESP. A outra seleção era feita pelo Centro de Seleção de Candidatos às Escolas de Administração (CESCEA), que reunia Economia e Administração e outras áreas. E, por fim, Vestibular Unificado de Ciências Exatas e Engenharia (MAPOFEI), que era a iniciativa das três universidades que trabalhavam na área de exatas, a Mackenzie, a Politécnica da USP e a Faculdade de Engenharia Industrial lá do ABC.

As faculdades eram poucas naquela época e havia o problema sério do pequeno número de vagas. As pessoas faziam o vestibular e não entravam. Elas eram chamadas de excedentes às vagas. Na verdade, não eram classificadas. Excedeu, acabou. Havia uma demanda razoável para as universidades e não havia vagas. O Brasil, então, fez dois convênios: um com a Bolívia, em 1966, e outro, em 1967, com Portugal. Mas não tenho certeza das datas desses convênios. Teria que procurar. Esses dois países ofereceram vagas para os candidatos brasileiros que quisessem ir estudar fora, desde que fossem preenchidos alguns requisitos. Eu não sei o que motivou isso. Eu não me lembro porque não fui para a Bolívia, mas depois conheci colegas que saíram de lá e foram para Portugal, Coimbra, Lisboa ou Porto. Em 1967, a condição para entrar na universidade portuguesa era que os candidatos tivessem nota mínima sete no secundário, que equivalia a catorze de lá. A dificuldade para obter essa nota em Portugal era muito maior

do que um sete aqui. No Brasil, cada instituição tinha as suas provas e, em Portugal, o exame era unificado e nacional. Era muito difícil. Quem quisesse, poderia ir, mas deveria obter a nota sete. Era só a vaga e a isenção do que eles chamavam de *propina*, a mensalidade. Não era valor grande, entretanto, Portugal estava em uma época complicada, em guerra colonial, com o problema do desemprego e muitos iam para a França. Para nós, não foi tão difícil.

Fiz a candidatura e, em 1967, fui para Coimbra. Eu fiquei em Portugal até 1970, mas não gostava do curso como deveria. Eu aprendi a ler muito no ginásio e essa atividade era uma coisa extremamente importante para mim. Cheguei até a comprar uma coleção bem grande de livros de poesias e literatura de uma editora chamada AGIR. Eram uns livros pequenos de bolso. Nas aulas de Português no *científico*, tínhamos disciplinas de redação, discutíamos textos e eu me interessava nisso. Além disso, gostava muito das aulas de Filosofia e Ciências Sociais que tive nos dois primeiros anos do *científico*. Das aulas de História no ginásio, também. Chegou um momento que realmente não me sentia à vontade com o curso em Coimbra. Quando eu tinha decidido abandonar, alguns colegas falaram para eu finalizar o curso, porém era uma coisa que eu não queria fazer mais. Voltei para o Brasil e pensei em retomar uma das alternativas que pensava. Uma delas era o curso de Direito e outra que estava me chamando atenção era Jornalismo. Eu tive que fazer o cursinho, porque, depois de cinco anos, eu não me lembrava nada do colégio e não estava preparado para prestar vestibular. Fui repensando e acabei optando por aquilo que me chamava atenção desde o ginásio e o *científico*, que era a área de Ciências Sociais. Acabei fazendo o vestibular e entrando nesse curso na USP e na PUC, tendo optado pela primeira. Foi uma boa opção, embora nos dois primeiros anos eu tenha tido dificuldades na parte teórica. Tive muita dificuldade na parte teórica de Ciência Política e de Sociologia, porque eram coisas muito abstratas e eu estava mais acostumado, ao longo da faculdade de Medicina, a ver coisas mais empíricas, do corpo humano e tratar de coisas palpáveis. Demorei bastante para superar essas deficiências, mas acabei fazendo a carreira nessa área. Nesse mesmo momento, tinha outra opção que me interessava muito, que era a carreira diplomática. Eu acabei o curso de Ciências Sociais em três anos (entre 1972 e 1974), porém, era proibido fazer a colação de grau tendo terminado os créditos em apenas três anos. Eu tinha feito muitas disciplinas, mas mesmo assim, tive que frequentar mais um semestre. Em 1974, então, eu pensei em fazer o Itamaraty. Na época, não precisava de curso superior, só era exigido o segundo ano da faculdade. Eu me inscrevi, mas acabei ponderando os tipos de atuação e achei que a carreira acadêmica era aquilo que eu gostaria de fazer. Então não fiz o concurso do Itamaraty. Eu tive sorte, porque logo depois de terminar o curso, passei a trabalhar em um centro de pesquisa. A USP autorizou minha colação de grau após o primeiro semestre e, no dia 1º de julho eu estava trabalhando com um pessoal que era importante academicamente. Para mim, os cinco anos que fiquei nessa instituição foram de um grande aprendizado.

Márcio Scherma: A nossa área agradece muito suas escolhas, Shiguenoli. Gostaria ainda de te perguntar sobre o seu mestrado. Você falou que terminou a graduação e já foi empregado, salvo engano, em algumas faculdades privadas. Durante o seu mestrado, você conciliava as aulas nessas universidades e, depois, em 1980, chegou na UNESP, em Marília, onde você ficou até 1988. Como foi essa experiência de conciliar o mestrado e, depois, o doutorado e a docência, nos anos 1980, em cidades distantes e sem a maioria das facilidades tecnológicas que temos hoje? Imagino que deve ter sido um grande desafio.

Shiguenoli Miyamoto: Eu sempre falo que temos que trabalhar bastante, porque faz parte, mas, às vezes, é preciso ter um pouco de sorte, aproveitar as oportunidades que dificilmente se repetem, e uma certa dose de ousadia e coragem. Eu tive um tanto de sorte por estar no lugar certo, na hora certa e com as pessoas certas. De repente, há certa coincidência nisso.

Os anos 1970, quando eu estava na graduação, foram um período de efervescência política. Era o início da abertura, falava-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e todas aquelas divergências com as sublegendas. Nesse contexto, em uma das disciplinas de Ciência Política, não me recordo ao certo se era “Instituições Políticas Brasileiras”, eu me interessei pela questão dos partidos políticos. Esse é um trabalho que, hoje, dificilmente, as pessoas fazem numa graduação, contudo, na época, havia curiosidade em traçar as evoluções das campanhas eleitorais, desde 1966 até 1974, quando aconteceram as primeiras eleições livres. Então, eu e uma colega ficamos muito tempo no Tribunal Regional Eleitoral, no centro de São Paulo, coletando os dados manualmente. Fizemos um trabalho bem interessante que, atualmente, não seria de disciplina de graduação, mas algo mais elaborado. O professor que trabalhava com isso, e responsável pela disciplina, me convidou para trabalhar com ele. Não era em faculdade, era no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Eu acabei o curso em um dia e no outro dia estava no CEBRAP. Talvez a minha experiência de aprendizado mais importante tenha sido ali, porque eu aprendi a fazer toda a parte empírica da pesquisa, participei de muitos debates e, também, me permitiu conhecer o meio acadêmico. Naquele espaço, eu passei a conhecer como as pessoas se comportavam, como era a vida acadêmica além dos livros ou das palestras. Durante cinco anos, convivendo dia a dia, percebi bastante como eram as coisas. Foi no CEBRAP, também, que além do cotidiano com professores ilustres, me possibilitou conhecer pesquisadores de renome como Thomas Skidmore (que esteve presente quando apresentei um *paper* no que chamávamos de *mesão*, onde um pesquisador escrevia e discutia o texto com todos do CEBRAP), Celso Furtado e outros, além de figuras políticas que frequentavam a entidade, muito em função das atividades políticas que Fernando Henrique Cardoso passava a desempenhar, desde Lula, Ulysses Guimarães, Almino Afonso, etc.

Uma curiosidade. Entrei no CEBRAP, em 1975, a convite do professor Carlos Estevam Martins que, entre outros temas, mostrava interesse justamente na área de Relações Internacionais, tendo escrito aquele texto importante sobre política externa entre outros. Em 1974, eu já tinha ajudado ele em uma pesquisa sobre a campanha eleitoral que deu origem ao primeiro livro sobre as eleições daqueles anos. Foi uma obra coordenada por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso⁸, em que ele escreveu um texto sobre a campanha. Foi assim que ele me convidou para ser auxiliar em uma pesquisa muito grande que ele coordenava sobre administração pública. Como era um período muito difícil, uma das agências de segurança vetou o financiamento. Em um período curto, entre 1975 e 1976, eu tinha sido alocado e já estava trabalhando com o Bolívar Lamounier, em pesquisa sobre partidos políticos e sistemas partidários nas eleições municipais de Presidente Prudente. Trabalhei com ele até 1980 e, depois, o ajudei em pesquisas de 1981 a 1982, quando já estava, inclusive, na UNESP.

Em 1977, eu comecei a pós-graduação. Aí é que eu digo que, às vezes, tem-se a sorte de estar no lugar certo e na hora certa. A professora Maria do Carmo Campello de Souza, da USP, que tinha feito doutorado com o Francisco Weffort e trabalhava conosco na questão de partidos políticos,

⁸ Cardoso, Fernando Henrique; Lamounier, Bolívar. *Os partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

abriu vagas na pós-graduação pela primeira vez. Como trabalhávamos juntos, entrei com ela, com um projeto que não era na área dela, mas de Relações Internacionais e questões estratégicas. Antes disso, eu tinha falado com o professor Oliveiros S. Ferreira, porém, havia uma restrição porque os professores não podiam ter mais do que seis orientandos. Então, a Maria do Carmo Campello de Souza, que chamávamos de Carmu, possibilitou minha entrada na pós-graduação. Foi uma coincidência. Naquela época, os professores da USP podiam selecionar os candidatos em um *pool* ou então escolher individualmente seus orientandos. O professor Carlos Estevam Martins, que também dava aulas na UNICAMP, sugeriu que eu fosse para lá, porque tinha um grande projeto sobre Estado envolvendo vários professores. Mas pelas facilidades em SP, acabei optando pela pós-graduação em Ciência Política na USP. Quando comecei a fazer as disciplinas do mestrado, estava trabalhando no CEBRAP e, ainda, tinha que dar aula em uma faculdade particular de São Paulo. Foi um período muito sobrecarregado, porque não tinha bolsa (apenas a consegui no final por um curto período), mas tinha a vantagem de que o mestrado não precisava ser feito em dois anos, era um período muito mais elástico. Demorei quatro anos para poder fazer todas essas coisas. Trabalhei dando um monte de aulas, em vários dias e períodos. Era um ritmo muito intenso, no entanto eu gostava, era cansativo, mas prazeroso.

Em 1980, quando estava redigindo a dissertação, fui demitido do CEBRAP e daquela faculdade particular, porque a direção desta última não gostava da nossa atuação militante. Aí houve outra coincidência: a colega Maria D'Alva Gil Kinzo, que trabalhava conosco no CEBRAP, tinha feito a graduação e mestrado na PUC, com o professor Bolívar Lamounier, e ia fazer o doutorado em Ciência Política na Universidade de Oxford. Ela dava aula na UNESP de Marília (SP) e, como iam precisar de alguém para assumir as aulas dela, eu fui indicado, fiz uma entrevista e, então, fui selecionado. A partir de 1980, entrei no lugar dela e fiquei como professor substituto.

Era uma situação difícil e eu tive que arrumar outro emprego, em outra faculdade. Na UNESP eu fui contratado, em 1980, e fiquei praticamente até 1982, como auxiliar de ensino, que é o MS-1, em tempo parcial de 12 horas, recebendo o que atualmente seria em torno de R\$ 1.200,00. O dinheiro que eu gastava para pegar o ônibus de São Paulo a Marília, ida e volta, e cobrir todas as despesas era mais ou menos o que eu ganhava. Eu tinha que ter outro emprego. Foi uma época difícil, mas sabia que se eu persistisse durante algum tempo, depois haveria possibilidade de abrir um concurso, assim que eu finalizasse o mestrado.

Márcio Scherma: Praticamente pagava para trabalhar.

Shiguenoli Miyamoto: Era literalmente isso. Depois que fiz o mestrado, e apesar da situação difícil, eu já tinha um título. Eu pensei: “bom, eu não posso mais ficar em 12 horas, porque é deficitário. Tenho que fazer um concurso para uma vaga de 40 horas ou tenho que arrumar uma alternativa”. Aí abriram o concurso. Na época, o professor Clodoaldo Bueno, nosso colega da História, era o chefe de Departamento, que eu já havia conhecido em um seminário realizado em São Paulo em 1979. Eu fiz o concurso e continuei na UNESP. Por indicação de uma colega (que trabalhava comigo na faculdade anterior) eu já tinha conseguido também várias aulas em outra faculdade em São Paulo e continuei trabalhando com o Bolívar em duas pesquisas bem interessantes.

Em 1980, o Bolívar também saiu do CEBRAP e com um grupo de outros docentes e pesquisadores, criou outro centro, o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). Trabalhei um pouco com ele no IDESP, de forma voluntária, nas pesquisas em que eu já estava envolvido no CEBRAP. Uma era sobre a ciência política no Brasil, enquanto a outra abordava o regime político brasileiro de 1964 a 1980. Até 1982, eu ainda fiquei trabalhando na pesquisa de uma colega, que, igualmente, era sobre processos eleitorais, o objeto de investigação do mestrado dela na PUC, sob orientação do professor Bolívar Lamounier. Essa fazia parte da pesquisa sobre as eleições brasileiras de 1982. Nesse contexto, eu também estava no doutorado. Não sei se existe matrícula única hoje, mas, na época, eu fiz de maneira contínua as disciplinas do mestrado, o exame de qualificação, as aulas do doutorado e, então, defendi o mestrado. Eu já tinha completado a carga horária do doutorado e ainda fiz mais algumas disciplinas. Em resumo, sem bolsa, eu trabalhava na UNESP, fazia tese de doutorado e estava envolvido em outras atividades. Depois meu regime de trabalho passou para tempo integral na UNESP e eu passei a viajar de São Paulo para Marília o tempo todo.

Não havia essas facilidades de hoje, de internet ou viagens mais fáceis, era uma dificuldade. Grande parte da minha pesquisa foi em outros locais, ou seja, eu tinha que me locomover muito para Brasília e Rio de Janeiro porque os acervos ficavam nessas outras cidades. Eu ia de ônibus fazer as entrevistas. As pessoas que dão entrevista não têm ideia do que é um estudante de mestrado ou doutorado, que não tem dinheiro, fazer essas coisas. Tinha que pedir autorização no trabalho, e dar um jeito, se as entrevistas coincidissem com os dias de aula. Em Marília as aulas eram em turno duplo, nos períodos diurno e noturno no mesmo dia, então saía direto da Unesp para a rodoviária, chegava em São Paulo às seis horas da manhã, ia para casa, mudava de roupa e, às oito, pegava o ônibus de novo para chegar às duas horas no Rio de Janeiro, ficar a tarde lá para fazer as entrevistas e voltar à noite. Isso acontecia com muitos colegas, não era só o meu caso. Para obter a bibliografia também não era fácil. Nos dias de hoje, você entra em um determinado site e consegue olhar o preço e a qualidade do livro, se ele tem defeito ou não. Naquela época, tínhamos que vasculhar todos os sebos para, de repente, encontrar um livro que precisávamos, e que não tinha nas bibliotecas. Perdíamos muito tempo nisso, mas conseguimos fazer tudo. Talvez não da maneira ideal, porém sempre dávamos um jeito. Muitas pessoas enfrentaram esse tipo de dificuldade até os anos 1980. Nos anos 1990, facilitou bastante. Hoje temos até um excesso de informações, temos tudo o que queremos.

Márcio Scherma: Eu brinco que hoje nós não conseguimos parar, porque, conforme vai se pesquisando, sempre aparece um texto novo e não conseguimos delimitar o escopo. São problemas diferentes.

Shiguenoli Miyamoto: Sim, essa é uma dificuldade. Eu tenho um colega da UNICAMP (já aposentado) que tinha uma metodologia de trabalho extremamente interessante, que eu segui e achei muito boa. Ele falava assim: “tenho um determinado objeto de pesquisa que é um tema político, nós estamos na área de Ciência Política. Então, vou pegar um número *xis* de bibliografia na área de Política, um *xis* de Economia e um *xis* de História que consiga cobrir isso aqui. Vou selecionar as coisas principais, vejo qual é o meu foco e fecho a bibliografia, senão não acaba mais”. É uma coisa

interessante porque ele tentava fechar em termos não só da disciplina, mas de outras que poderiam dar subsídio. A não ser que surja uma coisa tão importante, que não se saiba que esteja sendo escrita e que possa atrapalhar ou ajudar o trabalho, não adianta, o escopo tem que ser fechado.

Márcio Scherma: Excelente sugestão. E Shiguenoli, seu doutorado acabou se tornando uma referência na área, principalmente nos estudos de Geopolítica. Cansei de ler citações que referenciam seus textos e faziam questão de elogiar a densidade e a profundidade da pesquisa. Depois, em 1995, ele acabou sendo publicado como livro: *Geopolítica e Poder no Brasil*⁹. Você fez um estudo da geopolítica do ponto de vista civil, já que, à época, o campo tinha sido “sequestrado” pelos militares que se debruçaram e produziram conhecimento à margem da academia, e muitos geógrafos se distanciaram um pouco do campo, principalmente depois dos desvios éticos da Segunda Guerra Mundial. Os militares acabaram, pelo menos, ao tentar utilizar a teoria na prática, contribuindo para estigmatizar ainda mais o campo. Figuras como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, principalmente, tiveram papel de destaque durante o período militar. E você estudou os aspectos históricos desse campo, a apreensão pelos militares, os erros e a influência deles na formulação das políticas, sobretudo via Escola Superior de Guerra (ESG), e apontou os períodos nos quais a geopolítica teve mais ou menos influência no regime militar (1964-1985). Considerando sua formação e seu trabalho, gostaria de saber uma coisa: como você enxerga a relevância da geopolítica hoje? Você acha que houve mudanças desde as suas pesquisas? O estudo da geopolítica se ampliou, aprofundou no Brasil ou ainda é subestimado? Você considera que a academia brasileira dá o devido espaço a esse campo de estudos?

Shiguenoli Miyamoto: Na verdade, esse livro é o mestrado de 1980, que defendi em 1981. A publicação só saiu em 1995 por causa da dificuldade em publicar textos nessa área. Eu escolhi esse tema a partir das aulas do professor Oliveiros, que gostava muito de trabalhar essas questões, mais focado no Estado. Durante um curso de Relações Internacionais que ele ofertou em 1973 eu perguntei: “por que no Brasil não se estuda Relações Internacionais e Geopolítica?”, ao que ele me respondeu: “porque ninguém se interessa”.

Nos últimos 20 anos, os jornais passaram a ser muito mais enxutos. Mas, nos anos 1970, *O Estado de S. Paulo* tinha umas 200 páginas, uns dez cadernos e capas externas sobre relações internacionais. Muitos textos importantes na área eram publicados ali, porém as letras eram pequenas demais. O Oliveiros falava: “ninguém se preocupa com isso e é por isso que ninguém estuda”. Eu o contestei mencionando os jornais onde ele mesmo trabalhava como editor e ele dizia que isso se dava porque as publicações saíam como matéria internacional. Nesses anos, 90% do jornal eram propagandas. Em termos de produção na área, o professor Oliveiros tinha um texto sobre geopolítica, publicado em uma revista e também em um livro na Venezuela¹⁰. Eu li e disse para ele que não existia nada escrito sobre aquilo e ele afirmou que o assunto era inédito e que também não tinha lido nada, só o livro do Golbery. Muitos anos depois, em livro homenagem, eu mesmo escrevi um texto comentando a produção sobre geopolítica do

9 Miyamoto, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

10 Ferreira, Oliveiros S. La geopolítica y el ejército brasileño. In Beltran, Virgilio R. (org.) *El papel político y social de las Fuerzas Armadas en América Latina*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1970, p. 161-199.

professor Oliveiros¹¹. Fora isso, somente tinha uma publicação do Meira Mattos de 1960¹². Os livros mais conhecidos dele são de 1975¹³, 1977¹⁴ e 1978¹⁵. Não existia produção acadêmica. Foi meio por acaso como eu entendi que esse seria um bom campo de investigação. Já que não tinha nada escrito, pelo meio acadêmico, compreendi que seria interessante fazer.

A primeira coisa que fiz foi um mapeamento sobre o que existia. Esse foi um dos motivos pelos quais demorei mais tempo para fazer a dissertação, que defendi em 1981. Enquanto eu dava aulas e trabalhava no CEBRAP, tinha que fazer essas pesquisas que aconteciam, basicamente, no Rio de Janeiro. Tive que ir para a Escola Superior de Guerra muitas vezes e pesquisar em muitas bibliotecas. Chegou um momento que eu estava tão atarefado que até pedi auxílio para minha irmã, que ficou uma temporada na biblioteca da ESG tirando cópia de grande parte da bibliografia para mim. Ela ficou bastante tempo fazendo isso. Na época da redação, eu me lembro que tinha obtido quase 1.000 textos. Ou seja, até então, ignorávamos, não tínhamos ideia mais precisa da vasta produção geopolítica brasileira, escrita seja por militares, seja por civis desde a década de 1920. Grande parte desses artigos, e também para a tese de doutorado, foi obtida graças à prestação das bibliotecárias da UNESP, do campus de Marília. Através do COMUT, que era um serviço de intercâmbio interbibliotecas, eu requisitava artigos publicados em revistas de difícil acesso do mundo todo. Depois de algum tempo, recebíamos uma cópia xerox da publicação solicitada, seja da América Latina, dos Estados Unidos ou da Europa, sem qualquer custo. Depois da defesa, eu encaminhei o texto da dissertação para uma série de editoras, mas tive dificuldades para publicá-lo. Inclusive, como estou digitalizando todo o acervo de coisas que tenho, esses dias encontrei duas cartas de editoras falando: “o livro é bem interessante, mas isso não nos interessa”. E não foi só isso. No final dos anos 1970, eu escrevi um texto chamado *Os Estudos Geopolíticos No Brasil*, e apresentei em um seminário lá da USP. Um professor da Geografia disse: “interessante, mas isso aqui não é coisa que nos interessa”. Depois publiquei esse artigo em uma revista da Unesp¹⁶. Outra coisa que aconteceu foi quando eu enviei ao *Boletim de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), o levantamento bibliográfico e a discussão sobre Geopolítica que eu tinha em mãos. Na resposta, me foi dito que o Boletim “não teria interesse nesse tipo de assunto”. Eu só consegui publicar o livro em 1995, o que se deu também devido a uma circunstância muito feliz, que foi uma proposta da Papyrus Editora, que deu a oportunidade de publicar algo sob coordenação de colegas nossos da Unicamp e o meu texto entrou no meio. Não fosse por isso, possivelmente ele não teria sido publicado.

O doutorado foi uma sequência desse trabalho, mas abrindo um pouco mais. No final dos anos 1970, falava-se muito sobre a questão do Brasil potência e havia muitas críticas a isso no plano regional. Isso era tomado como verdadeiro, justamente, por causa dos elementos geopolíticos e do livro do general Golbery. Então, eu abri o leque e me dediquei à parte da política externa brasileira. Fui abrindo e incorporando a questão da defesa e da segurança, o tema da Amazônia e outros, em um nível mais amplo. Esse é o motivo que me levou a escrever, muitas vezes, sobre

11 Miyamoto, Shiguenoli. Militares, geopolítica e política externa. in Kritsch, Rachel et alii (org.). *Oliveiros S. Ferreira. Um pensador da política*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH-USP, 1999, p. 87-116.

12 Mattos, Carlos de Meira. *Projeção mundial do Brasil*. São Paulo. Gráfica Leal Editora, 1960.

13 Mattos, Carlos de Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Biblioteca do Exército. 1975.

14 Mattos, Carlos de Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Biblioteca do Exército. 1977.

15 Mattos, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Biblioteca do Exército. 1978.

16 Miyamoto, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Revista Perspectivas*, UNESP, Marília, v. 4: 75-92, 1981.

temas específicos, como a da Bacia do Prata, o Atlântico Sul, a região amazônica, sobre a Região Norte como um todo e, às vezes, de uma maneira mais global. Meu interesse era esse. Praticamente ninguém escrevia sobre isso, mas entre o final dos anos 1980 e nos anos 1990, algumas pessoas passaram a se interessar. Havia um estigma muito grande. Uma vez um colega disse-me assim: “gente séria não estuda isso”. Como ele era uma pessoa de renome, eu fiquei meio aborrecido, mas segui com meus estudos. O interesse cresceu também porque já tinha sido realizado, em 1979 e 1983, em São Paulo, duas edições do Seminário Internacional sobre Política e Estratégia, em que participaram muitas pessoas do meio acadêmico. Vieram pessoas extremamente importantes do exterior. Inclusive, conversei com um deles, o professor Lewis Tambs, da Universidade do Arizona e que também foi embaixador na Colômbia, que se dedicou muito ao tema e me enviou cópia da tese dele. Vieram ainda Juan Carlos Puig, Wayne Selcher, Ronald Schneider, Roger Fontaine que era da área de segurança do governo do Ronald Reagan. Participaram desses seminários igualmente muitos oficiais, principalmente da reserva, do Brasil e da América Latina. De um jeito ou de outro, parece que esses encontros diminuíram um pouco as resistências e algumas pessoas passaram a conversar sobre isso e a produção começou a aumentar.

A partir dos anos 1990, ela aumentou muito. Meus trabalhos foram amplos, porque eram trabalhos iniciais, porém, a partir de então, cada um passou a se preocupar com uma temática mais localizada, mais precisa, sobre um autor, uma região ou uma determinada perspectiva. Hoje, a produção é bastante boa. Talvez a área não tenha o mesmo impacto que os temas mais tradicionais, contudo, por exemplo, existe atualmente a Associação Brasileira de Geopolítica e congressos específicos sobre o tema. Há uns três anos, ainda antes da pandemia, eu mesmo participei do II Congresso Brasileiro de Geopolítica, lá no Rio Grande do Sul. Também passaram a editar alguns livros clássicos dos anos 1940. Ano passado, foram publicados uns três ou quatro livros bem interessantes que nunca tinham sido editados no país e o pessoal não tinha tido acesso. Eu só tinha a edição inglesa do livro de Nicholas J. Spykman¹⁷, que encontrei em um sebo e agora existe a versão em português.

Os outros temas que focalizam essa questão da geopolítica, entretanto, são vistos mais a partir de distintos prismas, como a questão da cooperação e das Forças Armadas, os estudos da área de Defesa e Segurança que, inclusive, fazem parte das preocupações de uma entidade que foi criada para isso, que é a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) que tem inclusive revista eletrônica. Todo esse esforço se deu entre quinze e dez anos para cá. Aquela posição de se falar que não se deve estudar isso porque não é uma coisa importante ou séria foi rompida. Nos dias de hoje, vemos o conflito da Rússia com a Ucrânia e, em todos os lugares, as questões geopolíticas estão sendo levantadas, juntamente com a questão ambiental e outros temas. Ela passou a ser importante. É um objeto e um tema comum. Temos diversas pesquisas nessa área e a bibliografia internacional é muito grande, assim como nossa produção é considerável.

Márcio Scherma: Especificamente sobre a sua chegada à UNICAMP em 1988, e considerando que você veio da UNESP, sabidamente, uma das maiores e melhores universidades do país, gostaria de saber o que te motivou a optar pela UNICAMP. Além disso, gostaria de te perguntar como era o IFCH quando você chegou por lá. Quais departamentos existiam e quais eram as linhas de pesquisa? É possível resgatar da memória quem era o corpo docen-

17 Spykman, Nicholas J. *The geography of the Peace*. Harcourt, Brace, 1944.

te? Era uma época de reformulação, com a entrada de outros colegas ou não, era tempo de relativa estabilidade? Como era esse cenário na sua chegada?

Shiguenoli Miyamoto: Eu entrei na UNESP em 1980 e, como disse anteriormente, assumi a vaga da professora Maria D'Alva Gil Kinzo quando ela foi para Oxford fazer o doutorado. Fiquei lá até fevereiro de 1988, porque, em março, eu assumi na UNICAMP. Naquela época, havia certa limitação no plano da discussão na UNESP. Eu pertencia ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, mas que abrangia, também, as disciplinas de Geografia e de História. Era uma área muito pequena, com um número restrito de professores, sendo três ou quatro de Ciência Política, todos na categoria de auxiliares de ensino. Muito diferente do quadro que se observa hoje na mesma faculdade. Eu defendi o doutorado em 1986 e continuei minhas atividades lá. Foi quando, em 1987, a UNICAMP abriu uma seleção. Não foi um concurso público, mas uma seleção para duas vagas. Uma delas era da professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, que foi convidada a fazer parte do Departamento de Ciência Política da USP. A outra era do professor Paulo Sérgio Pinheiro, que também foi para a USP a partir de 1987. Fiz a seleção e entrei na vaga da professora Maria Hermínia e o professor Luiz Alfredo Galvão entrou na vaga do professor Paulo Sérgio Pinheiro. Eu entrei de maneira provisória, como substituto, porque a professora Maria Hermínia tinha pedido um afastamento. Mesmo para assumir na condição de substituto na UNICAMP, pedi demissão na UNESP, porque em Marília não concediam afastamentos tão longos. Não sei se a professora Maria Hermínia tinha insegurança em termos de adaptação na USP ou se pensava em voltar para a UNICAMP. Ela ficou afastada durante uns cinco anos e depois liberou a vaga. A seleção ocorreu em 1987, entrei em março de 1988, e, em 1993, quando a Maria Hermínia falou que não ia mais voltar, foi realizado o concurso de efetivação que fiz.

Quando entrei na UNICAMP, não existiam departamentos. Mesmo na USP, a prática não era antiga. No IFCH, existiam os chamados conjuntos. Havia o Conjunto de Política, de Antropologia e de Sociologia. Eu não me lembro quando cada um se tornou um Departamento. Era somente um departamento grande com os 3 conjuntos e, inclusive, as secretarias não tinham esse formato que possuem hoje. Era uma sala grande com três secretários. Não houve mudanças tão acentuadas no corpo docente quando entrei e durante bastante tempo. Além de mim e do professor Luiz Alfredo Galvão, as professoras Ângela Araújo e Rachel Meneguello tinham entrado há pouco tempo. Faziam parte do DCP os professores Sebastião Velasco e Cruz, Caio Navarro de Toledo, Eliezer Rizzo de Oliveira, Décio Azevedo Marques de Saes, Armando Boito Junior, Evelina Dagnino, Tom Dwyer, Ricardo Maranhão, Maria Helena de Castro Guimarães, Amneris Maroni, Leôncio Martins Rodrigues Filho, Luciano Martins, Vilmar Faria, Juarez Rubens Brandão Lopes, Argelina Cheibub Figueiredo. Tom Dwyer e Amneris Maroni, depois, transferiram-se para os departamentos de Sociologia e Antropologia, respectivamente. Os professores Leôncio, Juarez, Vilmar e Luciano eram apenas da pós-graduação, sendo que os dois primeiros passaram a ministrar aulas na graduação, quando houve a abertura das Ciências Sociais no período noturno. Os professores Vilmar e Luciano ficaram afastados, passando a fazer parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, após 1994, o mesmo ocorrendo com a professora Maria Helena depois. Ainda, fizeram parte do departamento os professores Reginaldo Carmello Correa de Moraes, Andrei Koerner, Valeriano Mendes Ferreira Costa, Luciana Tatagiba e Bruno W. Speck, além da professora Walquíria Domingues Leão Rego que se trans-

ferira do departamento de Sociologia. Os professores Alvaro Bianchi e Andreia Galvão já são mais recentes. Demorou muitos anos para que novos colegas entrassem. Como as pessoas têm muitos anos de carreira ali, era difícil abrir novas áreas e vagas. Por isso, também, não acompanhei a evolução do corpo docente nos últimos anos, porque já me encontrava aposentado.

Quando eu fui contratado, fiquei na área de Ciência Política, porque a de Relações Internacionais não existia. Nos primeiros anos, ministrei as disciplinas básicas. Eram aulas como “Introdução à Teoria Política” ou “Pensamento Político”, que tratava de Thomas Hobbes, John Locke, Stuart Mill e Nicolau Maquiavel e sobre partidos políticos e sistemas partidários. Depois de uns quatro anos, autorizaram-me a oferecer uma disciplina optativa, que passou a ser chamada de “Relações Internacionais”, além de outras sobre América Latina. Durante muitos anos mantivemos a mesma rubrica e, às vezes, eu ministrava também outra disciplina básica. Por volta de 1993, depois do concurso para efetivação, passei a ministrar disciplinas na pós-graduação, preenchendo todas aquelas exigências de dedicação à graduação, pós-graduação, serviço à comunidade, etc. Nessa oportunidade, ministrei aulas mais voltadas para a minha área.

As disciplinas eram sobre a Política Externa Brasileira, América Latina, o Sistema Internacional e Teoria das Relações Internacionais, ou seja, concentradas nesse campo de estudos. Ao mesmo tempo, passei a participar de um centro de pesquisa que já existia na UNICAMP quando entrei, que era o Núcleo de Estudos Estratégicos. Durante muitos anos, eu fiz parte dele, fazendo pesquisas e trabalhando, aliás, como coordenador adjunto. Era uma atividade bastante intensa. Sobre minha participação no NEE tenho que lembrar um pouco a história.

Em termos gerais passei a manter contato com a Unicamp a partir de 1984, quando frequentei um seminário sobre Militares, Estado e Sociedade no Brasil, realizado na Reitoria naquele ano, com a presença de inúmeros pesquisadores, inclusive estrangeiros como Alain Rouquié. Alguns colegas do IFCH e de outras unidades que participaram eu já os conhecia, porque nos encontrávamos nos grupos da ANPOCS quando criamos em 1981 o GT Forças Armadas, Estado e Sociedade em encontro em Nova Friburgo. No ano anterior, tínhamos, também, criado o GT Relações Internacionais e Política Externa quando nos encontramos na UERJ. Após esse seminário de 1985, foi criado o Núcleo de Estudos Estratégicos nas dependências do IFCH. Mesmo sendo da UNESP passei a frequentar as atividades do NEE, tendo inclusive me responsabilizado por uma das 3 áreas iniciais que era a de Relações Internacionais, ao lado das outras de Forças Armadas e Estratégia. Estive presente de forma mais próxima do NEE a partir de 1988 quando entrei para o DCP, tendo exercido algumas atividades como a coordenação adjunta durante vários anos e também como editor de alguns números da publicação chamada *Premissas*, divulgada de forma um pouco irregular. Havia algumas pesquisas sobre Forças Armadas, Estratégia e Militares e administração pública, esta última sob minha responsabilidade. Desta pesquisa, a professora Suzeley Kalil Mathias, hoje na UNESP de Franca, aproveitou a ideia e desenvolveu sua tese de doutorado que foi defendida em 1999 e publicada pouco depois¹⁸. Nos anos 1990 ainda desenvolvi um projeto sobre a Amazônia no NEE, com bolsa de produtividade do CNPq.

No que diz respeito às mudanças no Departamento de Ciência Política, as mesmas aconteceram, basicamente, nos últimos 15 anos. A incorporação de pessoas mais jovens reformulou

18 Mathias, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia. A participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2004.

bastante o espaço, dado que os colegas que estavam lá quando entrei tinham ingressado no final dos anos 1970. Entre o final dos anos 1990 e o começo dos 2000, muitos colegas já estavam com a idade mais avançada. Passou a haver uma renovação grande, inclusive das linhas de pesquisa.

Com relação à área de Relações Internacionais, eu ministrei os cursos enquanto estava lá na graduação e na pós-graduação. Depois que saí, a disciplina de graduação ficou a cargo de um colega colaborador do Programa, o professor Paulo César Manduca, do Núcleo de Estudos Estratégicos. Eu não sei até quando ele continuou, porque, depois, o NEE também teve suas atividades encerradas e se transferiu para outro de energia¹⁹. Eu não sei como ele está hoje e nem se ainda existe essa disciplina na graduação, pois nunca houve a possibilidade de contratação de professores na área, ainda que em um momento dos anos 1990, tal proposta tenha sido feita.

Quando os alunos entravam na graduação em Ciências Sociais, eles faziam a opção de modalidade entre Antropologia, Sociologia e Política. Eu fiz uma proposta de incorporação de uma modalidade de Relações Internacionais e o Departamento concordou em estudar a ideia. Gastei um tempo enorme preparando as ementas, as bibliografias de umas vinte disciplinas, e defendendo a necessidade de contratar professores. Porém, quando a proposta estava pronta, ela não foi aprovada. Continuamos com as três modalidades e nunca houve um reforço nessa área. Talvez, entre as pessoas contratadas, a pessoa que estava mais orientada para Relações Internacionais fosse eu e, quando entrei, não fui dirigido para isso. Foi uma área que tentamos abrir, mas isso caminhou de forma vagarosa. Isso foi um pouco frustrante, porque eu tinha expectativas de que isso fosse possível.

A UNESP tem dois cursos de graduação de Relações Internacionais em Franca e Marília e o Instituto de Políticas Públicas e de Relações Internacionais (IPPRI) em São Paulo, a USP tem uma graduação e até um instituto específico de RI, no entanto, nós nunca tivemos nada disso. Eu nunca entendi as políticas da UNICAMP, porque, quando se criou o campus de Limeira, que é a Faculdade de Ciências Aplicadas, inicialmente, falaram em criar um curso de Relações Internacionais. Nós nunca fomos convidados a fazer parte disso, em nenhuma das duas iniciativas grandes na UNICAMP na área. Uma delas foi a criação de um Centro de Estudos Avançados na área de Relações Internacionais. Eu me lembro que se falou disso uma vez na reitoria, mas nós da Ciência Política nunca fomos ouvidos ou convidados a participar, pelo menos enquanto eu estava na ativa. Chamaram até um colega da USP para trabalhar lá na área de Relações Internacionais do programa da reitoria. Nós achamos isso um pouco estranho. Nunca tivemos uma área forte nisso e nossas áreas de concentração na graduação e na pós-graduação permaneceram naquelas mais tradicionais, nas quais sempre tivemos colegas muito competentes e, que hoje continuam com a mesma excelência, com pessoas mais jovens que tem uma trajetória bem longa a ser cumprida e grande contribuição a ser dada. Sempre entendi as opções das linhas de pesquisa do departamento, em função dos membros do corpo docente. Se há vários colegas envolvidos com certa linha, nada mais natural que os interesses estejam direcionados para a mesma, e isso seja manifestado inclusive na seleção dos candidatos à pós-graduação. O ideal seria que se pudesse criar várias linhas de pesquisa, mas isso implicaria na contratação de docentes para as mesmas, o que sempre se apresentou inviável, por causa das limitações orçamentárias e prioridades da administração universitária. Ou seja, o departamento tem sempre que representar os interesses dos docentes que atuam naquele momento, e que são responsáveis pelo bom andamento de suas atividades.

19 Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE) da UNICAMP.

Márcio Scherma: É verdade. Eu me lembro dessa questão da inclusão das Relações Internacionais como uma modalidade. No meu caso, era até uma expectativa que acabou não se concretizando. Especificamente sobre a pós-graduação, quando você ingressou na UNICAMP, ela era somente em Ciências Sociais ou já tinha as áreas específicas separadas, de Ciência Política, Sociologia e Antropologia?

Shiguenoli Miyamoto: A nossa pós-graduação sempre foi por áreas e somente depois foi aberto um doutorado em Ciências Sociais de forma geral. O forte sempre foi a existência de áreas diferenciadas. Eu me lembro que, entre 1988 e 1989, a nossa orientação era em Ciência Política, Antropologia e Sociologia. O Programa em Ciências Sociais continua até hoje, talvez, porque colegas preferiram trabalhar de uma maneira mais aberta e não limitada em uma área específica. No doutorado em Ciências Sociais, tivemos até uma linha específica, que era de Políticas Públicas, da qual fui coordenador durante alguns anos. Chegamos a ter convênios com outras universidades, como a Universidade do Piauí (UFPI), por meio do qual vários colegas foram até Teresina dar aula em módulos.

Márcio Scherma: Interessante. Apesar da UNICAMP nunca ter formalizado a criação de uma área específica de Relações Internacionais, no Departamento de Ciência Política, você acabou orientando muita gente em estudos que resvalavam ou eram propriamente na área, além de ter ofertado disciplinas na pós-graduação sobre temas afeitos. Gostaria de te pedir um balanço das suas orientações durante esse período, a fim de pensar quais temas foram mais trabalhados, os resultados dessas pesquisas, as disciplinas e os debates. Apesar da sua atuação no Departamento ter passado por temas de Ciência Política “pura”, também teve muita coisa de Relações Internacionais. Muita gente saiu da UNICAMP e acabou por ocupar espaços em várias regiões do país, naquilo que chamamos de *terceira onda* de abertura de cursos. No meu caso, por exemplo, acabei compondo um curso de Relações Internacionais em um Departamento específico da área. Você poderia comentar um pouco a respeito disso?

Shiguenoli Miyamoto: Quando eu fui credenciado na pós-graduação, a minha primeira orientação foi sobre eleições, defendida em 1991, justamente porque os colegas sabiam que eu tinha trabalhado no CEBRAP durante muitos anos. Nessa época, em 1980, eu já tinha uma publicação em um livro do CEBRAP sobre as eleições de 1978 em São Paulo²⁰, e que havia apresentado no 3º encontro da ANPOCS realizado em Belo Horizonte na UFMG em 1979. Então, as pessoas me conheciam muito mais por isso. Poderíamos pegar os *folders* da época para saber se a área de Relações Internacionais constava. Possivelmente não, porque só tinha o professor Sebastião Velasco e Cruz, que trabalhava com outros assuntos também, eu e o professor Reginaldo Moraes, que igualmente trabalhávamos com outros temas. Anos depois, tudo isso se juntou e foi criado o CEIPOC, mas minha presença aí praticamente inexistiu, embora formalmente eu fizesse parte. Entretanto, o Departamento nunca colocou obstáculos para que pessoas de outras áreas entrassem na pós-graduação. Assim que a primeira dissertação

20 Miyamoto, Shiguenoli. Eleições de 1978 em São Paulo: A Campanha, in Bolivar Lamounier (coord). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*, São Paulo: Petrópolis, CEBRAP/Vozes, 1980, p. 117-172.

por mim orientada foi defendida em 1991, passaram a entrar alunos com temas sobre relações internacionais. Os assuntos eram variados e iam desde a interdependência à globalização, ao Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Amazônia, integração regional, política externa brasileira, refugiados, crime transnacional, questão do tráfico de drogas e outros. Temas muito abertos. Ao longo desse tempo, foram 57 dissertações e teses que orientei, além daquelas dezenas de monografias que também focalizaram as relações internacionais, incluindo as do curso de graduação e também da especialização em Negociações Econômicas Internacionais, que ministrávamos no prédio da reitoria da UNESP, sob coordenação do professor Luís Fernando Ayerbe. Então, eu nunca tive um tema só para orientar. Os que caíam na área de Relações Internacionais, normalmente, eram repassados para mim. Mas, depois que me aposentei, foram poucas as orientações.

A primeira dissertação na área foi defendida em 1994. Foi até de um colega nosso que é extremamente importante hoje, o embaixador Benoni Belli, atualmente Consul Geral em Chicago. Ele defendeu o mestrado, na época, com uma dissertação muito enxuta, mas muito boa, sobre interdependência assimétrica nas Relações Internacionais²¹. Depois disso, foram temas muito diferenciados, muitos sobre política externa brasileira. Esses colegas todos, como é o seu caso e de outros, depois acabaram em diversas universidades. Temos colegas em Uberlândia (MG), no Espírito Santo, no Piauí, em Rondônia, no Paraná, em Roraima, na UNESP, etc. Eu não tenho acompanhado, então não sei se ainda tem uma área específica em Relações Internacionais na UNICAMP, além do Programa San Tiago Dantas. Até uns dois anos atrás eu participava dos processos de seleção, e me parece que tem tido poucos projetos nessa área na Ciência Política. Eles estavam mais concentrados no Programa San Tiago Dantas. Ali tinha muitos projetos. Atualmente, eu não sei quantos alunos das Relações Internacionais têm sido alocados para a UNICAMP, porque eu não tenho mais assumido novas orientações, pela condição de professor colaborador. Além disso, no San Tiago Dantas há colegas do IFCH e do Instituto de Economia e o número de ingressantes tem flutuado um pouco nos últimos anos.

Márcio Scherma: Apesar da UNICAMP não ter a graduação nem a pós-graduação em Relações Internacionais, a biblioteca do IFCH tem um acervo bastante privilegiado na área, e a UNICAMP é membro do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, em conjunto com a UNESP e a PUC-SP. Ou seja, deu e tem dado, até hoje, uma contribuição para a área. Você poderia falar um pouco sobre a criação do San Tiago Dantas e o envolvimento dos docentes da UNICAMP nesse processo?

Shiguenoli Miyamoto: No final dos anos 1990, aconteceram alguns seminários grandes da área. Em 1998, teve um na própria UnB, onde discuti o avanço da área em texto que depois publiquei²² e, também, tivemos encontros da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em que discutimos muito sobre isso. Tínhamos muito contato com esses colegas da Universidade de Brasília e demais universidades.

21 Belli, Benoni. *Interdependência assimétrica e negociações multilaterais: O Brasil e o regime internacional de comércio (1985 a 1989)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

22 Miyamoto, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, n.12, 1999.

Entre 1996 e o começo dos anos 2000, os cursos de Relações Internacionais estavam crescendo bastante e nós sentíamos uma necessidade de reforçar um pouco a pós-graduação. Não tínhamos ideia de como fazer isso, mas alguns colegas eram muito criativos e tinham um trânsito muito bom em uma série de esferas governamentais. Assim, houve a sugestão de que nos juntássemos para pensar esse problema. Juntamos colegas da Universidade de Brasília, de São Paulo e do Rio de Janeiro. De Brasília, basicamente, participaram o embaixador Carlos Henrique Cardim, que era do Itamaraty e da UnB e esteve próximo a essa parte de montagem e obtenção de recursos, e o professor Eiiti Sato. Em São Paulo, o professor Tullo Vigevani da UNESP e eu fomos convidados a participar. Do Rio de Janeiro, também, dois colegas: o professor Franklin Trein, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o professor Williams da Silva Gonçalves, que era da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). No final, a comissão ficou mais concentrada no professor Carlos Henrique Cardim, no professor Eiiti Sato, no professor Franklin Trein e em mim, porque acho que os professores Tullo e Williams encontravam-se sobrecarregados de trabalho e aí eles faziam os contatos por email. Nós íamos muito para Brasília. Fizemos uma minuta de proposta para a criação de um programa de incentivo à formação de recursos humanos na área de Relações Internacionais, a partir do financiamento de Programas de Pós-Graduação que se dispusessem a investir nisso, e ela precisava de um nome. Não podia ser *Minuta de Relações Internacionais*. Assim foi escolhido *San Tiago Dantas*. Uma das exigências da CAPES, cujo coordenador era o professor Abílio Baeta Neves, que ia fornecer os recursos, era de que as instituições envolvidas fossem públicas. As instituições particulares poderiam se candidatar, desde que elas fizessem parte de um consórcio liderado por uma instituição pública. A proposta envolvia o financiamento inicial de cinco projetos, no valor total de R\$ 4.000.000,00. Cada Programa seria contemplado com R\$ 800.000,00. No final, foram aprovados quatro Programas – do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília –, então, cada um deles recebeu uma parcela a mais.

O Programa San Tiago Dantas foi inaugurado em 2003, completando agora 20 anos. Ele foi criado em função desse incentivo e, até hoje, funciona bem. Claro que sempre existem problemas, como a necessidade de recursos do CNPq e da CAPES e, durante esses anos, as bolsas não têm sido tão generosas em termos quantitativos, o que acaba prejudicando um pouco. Mas foi um grande avanço que dependeu muito da iniciativa dos colegas da UnB, porque eles estavam mais próximos das instâncias que poderiam fornecer recursos. Foi através deles que nós conseguimos isso. No IFCH, tivemos alguns problemas.

Quando saiu o edital, nós do IFCH nos propusemos a participar, mas teve colega de outra unidade que disse que havia feito reunião com a reitoria para ver como a proposta seria encaminhada, pois a candidatura deveria ser uma única pela UNICAMP. Não poderiam ter duas propostas de uma mesma universidade. Esse colega falou ainda: “não, nós é que vamos participar do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas e vocês nos ajudam a dar aula”. Nós questionamos. Eu, inclusive, que tinha participado da elaboração da minuta, estive presente em todos os momentos, e não achava correto ficarmos em uma posição secundária. Pelo que me recordo, nós iríamos fazer a proposta com a UNESP e com a PUC-SP, com a UNICAMP liderando a proposta. Por causa de certas divergências e o tempo muito curto, a UNESP, entendendo a importância da oportunidade, fez o encaminhamento. Fizemos um acordo e a UNICAMP passou a fazer parte do Programa. Inclusive, o próprio reitor da UNICAMP à época, que era o Carlos Henrique de Brito Cruz, compareceu na inauguração. Essa é a razão pela qual a sede sempre ficou em Marília.

Depois a mesma foi transferida para São Paulo. Em todo esse processo interno na Unicamp, os professores Sebastião Velasco e Cruz e Reginaldo Correa Moraes, além da professora Raquel Meneguello, tiveram papel decisivo para que nossa universidade marcasse presença nessa iniciativa. Essa é a história do Programa. Pelo menos é o que me lembro, mas posso ter cometido algumas falhas nessa narrativa, porque já se passou muito tempo e não me recordo de todos os detalhes, dos nomes e datas.

Pensando bem, o San Tiago Dantas tem uma produção bastante elevada de dissertações em todas as linhas de pesquisa. Tivemos somente certa dificuldade em ampliar o número de colegas do IFCH envolvidos com o Programa. Eu fico em uma posição muito secundária, o professor Reginaldo faleceu e permanecem ativos os professores Sebastião Velasco e Andrei Koerner. Neste meio tempo, vários colegas do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP passaram a fazer parte do Programa, reforçando áreas que nós não cobríamos. Uma coisa importante a ressaltar é a infraestrutura oferecida aos nossos alunos, que tem, na biblioteca do IFCH, um acervo de extrema importância, de grande qualidade em Ciências Humanas e na área de Relações Internacionais, graças ao trabalho da comissão por ela responsável e que a atualiza regularmente. Provavelmente, a biblioteca do IFCH é a melhor que existe no país na área de Ciências Humanas.

Márcio Scherma: É, verdade, vamos completar duas décadas de San Tiago Dantas. É um programa que se firmou.

Shiguenoli Miyamoto: Um programa que se firmou e é bem avaliado, com boa produção e um excelente corpo docente e pesquisadores. Claro que, como todo programa que envolve várias instituições, sempre tem um problema ou outro, mas essas questões se resolvem. São interesses muito diferenciados e com uma instituição particular no meio. No nosso caso, minha avaliação é de que nós somos mais secundários, até porque entramos individualmente, enquanto a UNESP tem dois cursos de graduação, além do fato de que a sede e os funcionários são todos fornecidos por ela. Nós sempre só contribuimos de forma mais restrita, com a nossa presença para as aulas e orientação. A UNICAMP é uma grande instituição e eu não entendo porque nunca se preocupou de forma mais efetiva sobre a área. Talvez, isso esteja relacionado às origens, já que quando a UNICAMP foi criada em 1966, estava mais voltada para a área de tecnologia. Era de tempo integral, com todos os cursos diurnos e voltados para alguns tipos particulares de atividades. Só depois foram criados os cursos noturnos, no IFCH e nas outras unidades, porque a constituição estadual exige que um terço das vagas das universidades públicas seja ofertado no período noturno. Como o curso de Ciências Sociais ofereceu, a História e a Filosofia não ofereceram, permanecendo com os cursos só no diurno.

Márcio Scherma: Caminhando mais para o final, gostaria de te perguntar uma coisa que eu, particularmente, tenho curiosidade, que é a relação entre as suas atividades acadêmicas e o contexto político. A sua carreira começou ainda no período militar e o seu tema de estudo no mestrado e doutorado envolvia os militares, de certa forma. Você mesmo contou que ia muito para a ESG. Você recebeu alguma ameaça, passou por algum tipo de censura ou viu algum risco para as suas pesquisas? Isso mudou no pós-1985?

Shiguenoli Miyamoto: Quando escolhi os meus temas de trabalho em Relações Internacionais e nas questões de geopolítica, eu o fiz sem nenhum tipo de influência. Eu escolhi e fiz. O que tive, no começo e durante um tempo, foi uma dificuldade para acessar fontes, localizar e conversar com as pessoas dentro e fora da universidade. Quando eu digo acessar fontes, e isso é uma coisa comum para todos nós da área de Relações Internacionais, principalmente para quem trabalha com política externa brasileira, estou falando do sigilo. Vou contar uma história.

Em 1990, o Itamaraty através do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (IPRI-FUNAG) propôs a colegas da academia a produção de um projeto sobre a história de 60 anos da política externa brasileira de 1930 a 1990. Fizemos uma reunião bastante grande lá em Brasília no Itamaraty. Todo mundo que trabalhava com a área de Relações Internacionais no Brasil foi convidado. Fomos lá, participamos da reunião e o Itamaraty disse que ia analisar as propostas de *paper* de cada um e financiá-las - inclusive falaram que iam pagar bem, mas, na verdade, não recebemos nada mais do que uma quantia simbólica. Uma das perguntas colocadas, feita por colegas do Rio de Janeiro que trabalhavam com o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e de outras instituições foi: “como vamos escrever sobre os períodos de 1930 a 1990 se não temos acesso a informações?”. E eles responderam que iriam liberar as informações. Porém, muita coisa estava sob sigilo, como documentos sobre a escravidão, dos problemas dos anos 1980, a respeito da Guerra do Paraguai e outros. Então, me foi dito: “o que acontece é o seguinte: quando o chanceler ou alguém diz que tal documento é sigiloso, vocês não podem ter acesso. Não temos acesso mesmo”. Isso já nos anos 1990. Não era por causa do regime militar, mas pelo espírito da própria instituição. Foi a mesma coisa quando estive na Escola Superior de Guerra para fazer os levantamentos. Lá havia os documentos livres, os confidenciais e os secretos com carimbos especificando a classificação e a possibilidade de consulta. Como muitos deles eram secretos e confidenciais há bastante tempo, eu tive acesso aos mesmos. Às vezes, eles nem controlavam. Talvez alguma parte estivesse escondida, mas, do que eles deixavam por lá, eu consultava sem qualquer ressalva. Depois, escrevi um texto chamado *Escola Superior de Guerra*²³ e também a tese, falando sobre a literatura que se produzia lá, comentando que quando eles falavam que um documento é confidencial ou secreto, na verdade, tratava-se de uma exigência da própria pessoa que fazia a palestra, e não da ESG, mas o texto não apresentava nenhum elemento que pudesse justificar a censura ou a restrição para consulta.

Nesse período, até finais dos anos 1970, não tínhamos a facilidade de conversar com as pessoas. Por exemplo, no livro do Alfred Stepan, *Os militares na política*²⁴, escrito no final dos anos 1960, nas primeiras notas de rodapé, ele relata as pessoas com quem conversou em um curto tempo. Em uma semana, ele entrevistou um ex-ministro do Castelo Branco e, na outra, outro ministro do Castelo Branco. Para nós, isso era simplesmente impossível naqueles anos. Eles não queriam conversar conosco. Eu só consegui fazer essas entrevistas depois do seminário de 1979. Aliás, cheguei mesmo a conhecer o professor Stepan em 1981, quando estava no IDESP. Como comentei, no Seminário de Política e Estratégia, que foi coordenado pelo professor Oliveiros e pelo general Meira Mattos, compareceram muitos oficiais. Alguns eram da ativa, mas a maioria era composta de embaixadores e militares da reserva. Na ocasião, eu

23 Miyamoto, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Política e Estratégia*, v. V, n. 1, 1987.

24 Stepan, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

conversei com várias dessas pessoas. As entrevistas, porém, eu só consegui fazê-las depois de 1983, após o segundo seminário em São Paulo, quando foi lançada a revista *Política e Estratégia* e onde todas as intervenções do seminário anterior foram publicadas. Nessa ocasião, inclusive, escrevi um longo texto sobre a nova revista, e que foi publicado no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo*²⁵. Esse periódico do Convívio-Sociedade Brasileira de Cultura vigorou até meados de 1994, quando a sua manutenção se tornou difícil, encerrando suas atividades, inclusive porque sua edição dependia praticamente apenas de uma pessoa, que era o jornalista Antônio Carlos Pereira, e que também trabalhava no *Estadão*. Publiquei alguns artigos nessa revista, assim como grande parte de nossos colegas da academia, até porque era a única revista voltada especificamente para assuntos militares e estratégicos fora das instituições militares. O Convívio era uma entidade considerada de direita e que publicava ainda outras revistas, além de promover eventos e cursos. Chegou a merecer citação em livro publicado por Paulo Schilling²⁶. Um de nossos colegas do meu departamento em Marília fazia parte do Convívio e dizia que havia divergências ideológicas dentro da entidade, mas nunca me disse quem era quem e o que. Nos meus contatos e pesquisas, nunca tive ressalvas nem receios para conversar com pessoas de matrizes, orientações políticas ou ideológicas diferentes das minhas. O que sempre me interessou era obter informações, então, se considerava alguém importante, ou que tivesse participado de algum evento eu falava com ela. A mesma coisa para frequentar palestras, encontros. Senão a gente fica com um só lado da interpretação da história. Claro que tem colegas que pensam de maneira diferente da minha para fazer pesquisa. Eu devo ter a revista *Política e Estratégia* quase toda digitalizada aqui, mas doeie o acervo para uma instituição que deve ter a coleção inteira.

Nesse seminário de 1979, eu estava conversando com o general Meira Mattos e com o tenente-brigadeiro Nelson Freire Lavanère-Wanderley, que foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas no governo Castelo Branco, na época da intervenção na República Dominicana, em 1965, e contei que estava fazendo a tese. O próprio general Meira Mattos se ofereceu para conversar e o tenente-brigadeiro Nelson Freire me apresentou o comandante da quarta zona aérea aqui de São Paulo, que era o tenente-brigadeiro Waldir de Vasconcelos, mas que não entrevistei. A partir disso, eu consegui falar com muitos deles no Rio de Janeiro. Eu saía da UNESP, em Marília, vinha para São Paulo e corria para o Rio de Janeiro para entrevistá-los. Eu fiz as entrevistas entre o fim de 1983 e 1984. Consegui conversar com vários deles, inclusive com o Nelson Freire Lavanère-Wanderley e, em Brasília, com o pessoal do Conselho de Segurança Nacional. Eles me atenderam muito bem. Isso ocorreu porque, talvez, eles já estivessem com vontade de falar, pois era o final de regime que acabaria em 1985. Uma pessoa com quem tive bastante contato foi o general Meira Mattos, que era o grande expoente na área de Geopolítica depois de Golbery. Ele sempre me atendeu muito bem lá no Rio de Janeiro, na sede da Montreal Engenharia, que ficava bem no centro da cidade e onde ele, se não me engano, ocupava o cargo de presidente. Aliás, em 2000, ele publicou um artigo na *Revista da Escola Superior de Guerra*²⁷ - havia outra revista criada em 1951 que se chamava *Segurança & Desenvolvimento*, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - falando de

25 Miyamoto, Shiguenoli. Discutindo política e estratégia. Suplemento *Cultura*, *O Estado de S. Paulo*, p. 14, 8 de janeiro de 1984.

26 Schilling, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*, v. 2. São Paulo: Editora Global, 1981.

27 Mattos, Carlos de Meira. A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n.39, 2000.

geopolíticos e predecessores e se propondo a fazer um balanço de 70 anos das pessoas que publicaram sobre o assunto. Além dele mesmo e autores, como Golbery e outros clássicos, ele mencionou a preocupação de civis não especializados na área. Ele foi desde Gilberto Freyre, Jarbas Passarinho, Leandro Tocantins até a mim. Achei curioso, eu era a única pessoa do meio acadêmico mencionada da geração mais recente. Outra grande estudiosa da geopolítica, que me ajudou bastante, na época, foi a professora Therezinha de Castro, que eu havia conhecido no seminário de 1979, e que me possibilitou o acesso à sua biblioteca que consultei durante vários dias, onde constava parte do acervo de Carlos Delgado de Carvalho. Através dela, também, frequentei reuniões de uma entidade do Rio de Janeiro chamada Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) que promovia seminários e editava os *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Sempre tive sorte de encontrar pessoas generosas que prontamente me ajudaram em inúmeras etapas de minha carreira, e em minhas pesquisas e trabalhos, como nesses casos, provavelmente, mesmo sem concordar com minhas posturas.

Nessas interações, às vezes, perdia o bom senso na hora de fazer as perguntas nas entrevistas e causava certo constrangimento. Conto um exemplo. Eu estava no apartamento do tenente-brigadeiro Lavanère-Wanderley, no Flamengo, que, como disse, foi chefe de Estado-Maior das Forças Armadas quando teve a intervenção na República Dominicana, e não escolhi as palavras direito. Em uma pergunta, eu disse: “o senhor era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas na invasão da República Dominicana”. Ele olhou pra mim e disse: “não invadimos, não. Foi uma intervenção autorizada pela OEA²⁸”. Realmente, foi uma decisão tirada de votação e, assim, caracterizava-se como uma intervenção, não uma invasão. Quer dizer, às vezes, utilizei um termo errado em local inapropriado. Foi uma indelicadeza, um descuido de minha parte. Claro que se pode discordar da afirmação de Lavanère-Wanderley, mas aquela não era a ocasião mais adequada para isso. Outra coisa curiosa foi a repercussão de um texto meu que saiu em uma revista chamada *A Defesa Nacional*²⁹. Como eu não conseguia publicar o mestrado, selecionei uma primeira introdução teórica, que depois viria a compor o livro chamado *Geopolítica e o poder no Brasil*, e publiquei nesse periódico. Esse artigo teve uma repercussão interessante, embora o texto seja somente uma revisão da literatura. O general Golbery leu ou tomou conhecimento do texto, ainda quando eu estava na UNESP, e ele ou algum auxiliar dele escreveu para a Biblioteca do campus de Marília pedindo uma cópia de outros textos meus. Quando os textos foram enviados, acho que para Luziânia, perto de Brasília, onde ele morava, aproveitei para escrever pedindo uma entrevista, para subsidiar meu doutorado, mas nunca tivemos resposta.

Dito isso, eu acredito que existem duas formas de escrever. Uma delas é mantendo um distanciamento do objeto. Eu, quando escrevo, simplesmente faço análise. Não interessa se o objeto é bom ou ruim. Obviamente, eu não sou neutro, até porque isso não existe, e as minhas opiniões permeiam aquilo que escrevo, mas não necessariamente uso uma linguagem mais agressiva. Talvez, nas conversas que tive com Meira Mattos, mais do que três vezes, ele tenha entendido que o fato de eu ser uma pessoa do meio acadêmico e ter uma postura contrária ao regime não significava que eu não poderia fazer uma análise e que ele, também, não pudesse aceitar. Em termos pessoais, ele sempre me tratou muito bem, com muita camaradagem. Quando o conheci no seminário de 1979, ele já estava na reserva e escrevendo e publicando

28 Organização dos Estados Americanos (OEA).

29 Miyamoto, Shiguenoli. Geopolítica, poder e relações internacionais. *A Defesa Nacional*, n.712, 1984.

bastante. Acho que se via como pesquisador, por isso, me recebia e falava bastante. Por isso, também, tenha resolvido vincular-se a uma universidade e fazer doutorado. Talvez muita gente ignore, mas o general Meira Mattos defendeu na Universidade Mackenzie aqui em São Paulo, tese de doutorado em Ciências Políticas, em 1984, no alto de seus 70 anos, com orientação de Gilberto Freyre, mas com uma banca avaliadora completamente alheia ao assunto da tese que era sobre geopolítica e trópicos. Como se diz, fui lá conferir. E foi, também, a única vez que vi Gilberto Freyre, já em idade avançada. Mas não foram só esses casos. O texto que escrevi sobre a ESG, dizendo que o pessoal não era aquilo que se dizia, teve uma repercussão negativa muito grande entre os militares. Ele foi publicado, em uma primeira vez, na revista *Política e Estratégia* e, em outra, na *Revista de Ciências Sociais*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O texto se chamava *Escola Superior de Guerra: mito e realidade*³⁰.

Quando ele foi publicado, recebi um telefonema da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de São Paulo. Recebi um convite e fui lá me encontrar com um comandante chamado Geraldo, que era da Marinha Mercante. Quando cheguei, ele mostrou meu texto, que estava inteiro grifado e cheio de anotações. No meio da conversa, chegaram duas outras pessoas, entre elas um civil, que falou: “é, estou vindo lá do Rio e eles não gostaram disso aí que você escreveu, não, viu?”. Eu fui mal-educado na hora e disse: “problema deles, eu estou escrevendo sobre o que eu pesquisei”. Nesse meio tempo, entrou um coronel que eu já tinha visto, mas nunca tinha me relacionado. Depois que o comandante me apresentou como autor do texto, ele entrou na conversa e disse que eu estava escrevendo mentiras. Eu não fui mal-educado novamente, e somente disse que estava escrevendo sobre coisas em que acreditava. Ele se aborreceu e saiu. Foi esse o tipo de reação. Durante o período militar, em 1984, estive em Brasília no próprio Conselho de Segurança Nacional, conversando com dois coronéis, e no Estado-Maior das Forças Armadas, com um chefe de operações do Estado-Maior. Talvez, eles separassem as coisas. Acredito também que o fim do governo possa ter impactado nisso. Como estava próximo do final, eles não tinham muito mais ressalvas.

Alguns anos depois, no final dos anos 1980, participei de uma banca de mestrado em que o autor analisava as monografias do pessoal da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ele dizia que o pessoal, jovens oficiais, abordava muito a questão da democracia em seus textos. Claro, falavam disso agora porque o contexto era outro. De repente, naqueles outros momentos, não era assim. O que aconteceu muito, nos anos do período militar foi o oportunismo de civis que simpatizavam ou faziam parte do regime. Eu sempre imaginei isso. Era um oportunismo grande, aproveitavam as próprias circunstâncias, a conjuntura, para obter benefícios pessoais, para as suas empresas e outras coisas do gênero. Uma das coisas que faziam era, no caso de empresas, colocar militares graduados nos conselhos de administração. Provavelmente para abrir caminhos ou facilitar seus negócios. Eu já tinha percebido isso em 1979, quando no seminário vi, pelo crachá, que um dos presentes era presidente de uma das maiores indústrias têxteis do país. Conversando com ele, perguntei o interesse nesse tipo de seminário que nada tinha a ver com as atividades que a empresa dele desenvolvia. Então, disse-me sem qualquer constrangimento que estava procurando alguém para convidar para o conselho da empresa. Era, com grande possibilidade, para atender seus negócios. Mais recentemente, neste governo que está acabando, temos visto a presença

30 Ver nota 21.

de um grande número de oficiais na máquina administrativa federal e estadual, mas é algo diferente do período ditatorial, porque agora se trata de uma militarização da administração pública, ocupando cargos para os quais não têm a mínima identificação e competência. Nos meus trabalhos e contatos, em termos do comportamento dos militares, eu, pelo menos, não tive nenhum tipo de problema, nem naquele momento do período militar nem em outros, com exceção daqueles que mencionei.

Apesar de ser em outra conjuntura, inclusive, em 2004, havia uma proposta para escrever sobre o planejamento estratégico brasileiro. Foi realizado um seminário em Itaipava, no Rio de Janeiro, em várias rodadas, cujos resultados foram publicados em quatro volumes pelo Ministério da Defesa. Várias pessoas do meio acadêmico, militares, diplomatas e civis participaram. Eu participei de uma mesa, que foi coordenada pelo embaixador José Viegas, na época, ministro da Defesa, em que também estavam o professor Paulo Fagundes Visentini (UFRGS), o embaixador Macedo Soares, o deputado Aldo Rebelo, que era então presidente da Câmara Federal, e o general Leônidas Pires Gonçalves, que tinha sido ministro do Exército do governo de José Sarney.

Depois desses anos todos, existe ainda o problema do comportamento militar. Podemos até pensar que entre uma geração e outra há alguma mudança, mas não. Vemos as declarações e depoimentos de generais, que pertencem ao governo Bolsonaro (2019-2022), que são bastante enfáticos e não muito agradáveis, vamos dizer assim. Em termos gerais, acredito que depois da criação do Ministério da Defesa, em 1999, muitas barreiras foram rompidas. Vários colegas nossos pertencem ou pertenceram ao Ministério da Defesa, isso desde o começo dos anos 1990, por exemplo, na Secretaria de Assuntos Estratégicos, e colaboraram com sugestões para a criação do ministério no governo de Fernando Henrique Cardoso. Tenho vários textos desses colegas publicados pela SAE. Muitas arestas foram aparadas, no entanto algo continua por causa do espírito da instituição. Eu não sei como responder a isso de forma adequada, se é um problema de geração ou se é porque eles foram formados no período militar e, quando chegaram ao oficialato general, mantiveram o espírito que deveria ter sido superado há muito tempo. Uma boa pesquisa poderia tirar várias dúvidas sobre o estamento militar. Mas teria que ser através de um bom grupo, com boa infraestrutura, recursos e tempo. Por outro lado, para a pesquisa que teria em mente, poderia enfrentar obstáculos porque teria que adentrar a caserna e isso, possivelmente, não seria permitido pela cúpula militar. E, também, diferenciar o comportamento dentro das 3 armas, já que são bastante distintas. Outra coisa que também me preocupa, e que vejo com ressalva, é a forma de interação que a academia tem apresentado com as instituições militares.

Em termos de produção, de forma geral, acredito que hoje a academia atua de maneira até razoável no contexto político. Não vejo grandes problemas, a não ser quando alguém resolve fazer uma crítica mais forte contra a instituição militar. Como outra qualquer, e talvez até mais, ela é corporativa e reage. Às vezes, isso acontece de maneira mais vigorosa, em outras oportunidades, eles deixam passar sem grandes problemas.

Márcio Scherma: Excelente, um relato muito rico. Shiguenoli, ainda gostaria de retomar uma coisa que você afirmou no começo da entrevista, de que é muito mais fácil destruir do que construir. Pensando no futuro e em perspectivas, do ponto de vista da política externa,

como você enxerga a gestão do governo Bolsonaro? No longo prazo, em uma perspectiva histórica, ela vai ter um impacto muito grande ou, como você diz, são movimentos muito longos e esse seria um momento de baixa e que, talvez, prontamente pode ser retomada a linha anterior? Como você vê esse nosso contexto?

Shiguenoli Miyamoto: É o que eu sempre falo: a chance de errarmos em uma análise prospectiva é sempre muito grande, há um número de variáveis enorme que acabam interferindo. Eu dificilmente faço isso, como comentei sobre as tentativas de colegas de escreverem sobre os 100 primeiros dias da política externa do Lula. Depois dos 100 dias, eu poderia escrever alguma coisa, mas já não escreveria sobre o 101, porque é “hoje”.

Contudo, eu acredito que se um governo tem uma atuação muito negativa em diversas esferas, principalmente no plano regional e internacional, isso é entendido pelos demais atores. Eles sabem que isso não é uma coisa duradoura. Em termos gerais, são políticas de governo ou de indivíduos, não necessariamente de Estado. Quando aquele que está no poder adota uma política negativa, o outro lado deve entender que isso é uma coisa temporária. A pessoa que está fazendo essa política obedece alguns princípios políticos ou ideológicos, atende interesses ou até outros tipos de variáveis podem ser colocados como elementos, mas isso não vai perdurar e vai haver mudança depois. Eu penso que esse é o entendimento que os grandes países têm. Como no caso da Argentina, se o governo brasileiro fala que não vai à posse do presidente porque ele é comunista, a resposta deve ser: “está bom, não venha. Eu sei que você pensa assim e não vou ficar brigando. Uma hora as coisas vão mudar e retomamos nossas relações”. Nesse meio tempo, claro, tem-se prejuízos em toda a agenda, seja ela bilateral, regional, ambiental ou de direitos humanos. Todas as pessoas que controlam essas instituições têm ideia da transitoriedade do período. Portanto, sempre depende de quem vai assumir o poder mostrar que aquela situação é coisa superada, resgatar a confiança, e que as coisas vão mudar de natureza daqui em diante.

Tem um capítulo do Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, sobre a figura do homem de Estado, que está no livro *Introdução à história das Relações Internacionais*³¹, que aborda como aquele pode influenciar positiva ou negativamente algumas políticas. Isso pode ser percebido, por exemplo, no caso da China. Em abril de 1964, assim que o governo militar assumiu o poder, no Rio de Janeiro, quando Carlos Lacerda era governador da Guanabara, 9 chineses foram presos e torturados, sendo expulsos no ano seguinte. Naquele momento, a percepção era a de que a China era comunista e estávamos entrando em um novo governo. Aquilo fez parte daquele momento. Os frutos vieram anos depois, quando o Brasil reconheceu a República Popular da China no governo Geisel, na época do pragmatismo responsável. Às vezes, brincamos dizendo que, nesse caso específico, a China é uma civilização com toda uma cultura milenar, ou seja, para eles o tempo, dez anos, não significa absolutamente nada. Entretanto, eu acredito que depende muito da percepção do outro lado e que os países agem de maneira racional e pragmática. Ou seja, parte-se do princípio de que não existem amigos nem inimigos permanentes e que as conjunturas variam. As relações internacionais são cheias de exemplos que comprovam esse tipo de raciocínio. O mesmo se verifica no contexto da

31 Duroselle, Jean-Baptiste; Renouvin, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

política brasileira, em épocas de eleições, distribuição de cargos e composição de ministérios, quando ex-inimigos aparecem sorridentes lado a lado. É a mesma coisa no conflito, só se entra nele quando não há o mesmo parâmetro de entendimento de como deve funcionar o sistema internacional se apoiado ou não em regras. Se um dos lados recua um pouco, não é um sinal de fraqueza que o outro deve aproveitar e invadir, o entendimento é o de que não há interesse pelo conflito e que deve haver uma diminuição da tensão. Por outro lado, se há avanço na agressividade, pode haver uma reação contrária e as coisas ficam muito mais complicadas. Meu entendimento é que as relações internacionais funcionam assim. É como no jogo de xadrez, em que as pessoas têm que estar no mesmo nível de entendimento.

Talvez isso explique, em parte, porque podemos ter o que tem sido chamado de *choque cultural*, desde os anos 1990, com o livro de Samuel Huntington³². Cada um adota uma perspectiva diferente e não quer entender o outro, então, chamamos esse outro de bárbaro. Mas, quando estamos tratando da questão da política externa brasileira, estamos mais concentrados, basicamente, no mundo ocidental, com valores mais ou menos parecidos. Mesmo no relacionamento do Ocidente com o Oriente, os níveis de compreensão sobre modos de pensar e agir estão bastante parecidos, embora é claro tenham suas diferenças. Senão estaríamos em guerras permanentes uns contra os outros. Em resumo, o que um faz o outro entende e existem normas e instituições internacionais. Quando o Brasil faz algo, o outro tem que entender que faz parte do momento.

Márcio Scherma: É um ponto fora da curva mesmo.

Shiguenoli Miyamoto: É. O outro tem que entender que aquele momento vai acabar e ter um pouco de paciência. Depois, as coisas retornam aos seus lugares. O novo governante tem que resgatar a confiança, demonstrando que isso não vai acontecer mais. É nisso que eu acredito que se pode dar um ritmo mais acelerado, segundo as perspectivas que o governo tem em suas propostas de atuação em um plano bilateral, regional e internacional. É claro que sempre vão ter reações, contudo isso é uma coisa normal. Quando o Brasil tentar reatar com a Venezuela, haverá pessoas que não concordarão. Porém, os governos entendem perfeitamente porque estão sendo chamados de uma certa forma ou outra. E não é por causa disso que eles vão entrar em conflito, virar as costas e falar assim: “não, não quero mais nada com vocês”. Isso não existe.

Márcio Scherma: Perfeito. Lá no início você também comentou do seu projeto de pesquisa sobre política externa, portanto, obviamente, esse é um assunto que está na sua agenda durante os próximos anos. Gostaria de te ouvir se existe algum outro tema que te instigue. Na época em que eu era graduando, eu me lembro de você se queixar de que havia poucos estudos sobre a relação do Brasil com países da África, da Ásia e da Europa Oriental, porque havia uma concentração em Brasil e Estados Unidos ou em pesquisas sobre Estados Unidos, especificamente. Você acredita que esse cenário ainda persiste? Além da política externa, há algo que te indique alguma linha de pesquisa para os próximos anos?

32 Huntington, Samuel. *Choque de civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

Shiguenoli Miyamoto: Eu já estou em um período de baixa. Tem uma série de coisas que gostaria de escrever e eu tenho até lido bastante, mas, hoje em dia, não vou ficar “me matando” para escrever. Vou fazer isso quando der e se der. Porém, tenho algumas preocupações com as instituições, sobretudo, as militares. Comecei a escrever dois textos sobre isso, mas sem prazo de término. Com muita paciência, eu vou juntando material e lendo devagar. Outra coisa que me interessa é a política externa mais ampla. Tem várias coisas que eu gostaria de me dedicar, inclusive, em um plano mais teórico. Eu gostaria de fazer uma reflexão sobre política de maneira mais teórica, mesmo nas Relações Internacionais. Porém, eu não estou com perspectivas de montar essa agenda para os próximos anos. Há muitos colegas e pesquisadores jovens e muito competentes, que podem, perfeitamente, se encarregar disso. Eu não tenho mais tanto ânimo e disposição para isso. O projeto do CNPq que mencionei foi escrito há uns três anos e ele encerra em 2025. Nesse meio tempo, eu só vou escrever algumas coisas.

Naquele contexto dos anos 1980 e 1990, tínhamos muito essa preocupação com os temas relacionados ao papel dos Estados Unidos que, claro, é um país hegemônico aqui no continente. O problema histórico com a Bacia do Prata e a relação Brasil e Argentina também foram bastante abordados. Não havia colegas envolvidos com outros países, como Equador e Bolívia. Existem até alguns balanços sobre a literatura dos anos 1940, 1950 e 1970, como os trabalhos da Maria Regina Soares de Lima, do Gerson Moura e do Zairo Borges Cheibub. O texto da Maria Regina e do Zairo Cheibub sobre a produção intelectual e política externa no Brasil é um volume muito grande publicado pelo IUPERJ, que foi um estudo encomendado pelo Itamaraty³³. Nos dias atuais, a facilidade de informações transformou um pouco esse cenário. O pessoal não tem noção de como era antes. Por outro lado, talvez, as facilidades atuais tornem as pessoas mais exigentes. Elas têm um sentimento de imediatismo, de impaciência muito grande. Antigamente, nós demorávamos dias para conseguir uma informação.

Ao longo desses últimos anos, tenho percebido que o pessoal tem aberto bastante a agenda de pesquisa. Eu acho muito louvável o esforço de fazer pesquisa sobre outros países. Existem trabalhos específicos sobre a Bolívia e Chile, por exemplo, no entanto, as pesquisas sobre América do Sul ainda são poucas, a não ser quando abordam a questão da integração regional, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), de cooperação militar da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) ou do Conselho de Defesa, coisas dessa natureza. A respeito da América Central, não temos praticamente nada e, da América do Norte, somente sobre os Estados Unidos. Temos vários colegas que têm boas produções, inclusive, publicando sobre política dos Estados Unidos mesmo lá, com uma boa receptividade. Hoje existe uma grande preocupação com a China, porque ela desempenha um papel importante na configuração do sistema internacional. Nos Programas de Pós-Graduação, também é possível perceber que as pessoas estão interessadas em problemas da conjuntura, como da Ucrânia, Rússia e Oriente Médio.

Existe nisso um problema. Muitas pessoas querem fazer essas pesquisas, principalmente, no período curto do mestrado. Com isso, elas têm duas dificuldades: a primeira é a obtenção de recursos para ir lá e a segunda é que o trabalho tem que ser feito a partir de uma literatura de segunda mão, a partir do inglês ou francês. Se um aluno ou aluna vai pesquisar sobre

33 Lima, Maria Regina Soares de; Cheibub, Zairo Borges. *Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: debate intelectual e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: MRE/IUPERJ, mimeo, 1983.

Oriente Médio ou Ásia, dificilmente conseguirá ler um material em russo, árabe, chinês ou japonês. Isso sempre traz um determinado tipo de problema que é resultar em análise enviesada. Claro que muitos mestrandos apresentam ótima competência linguística de outros idiomas, mas não conseguem obter os recursos necessários para se locomover ao exterior. No doutorado, temos colegas que além de possuir essas habilidades linguísticas conseguem obter recursos com mais facilidade e ir nesses próprios locais com bolsas sanduiche, etc., e isso é muito bom.

Nisso tudo, porém, eu considero complicado fazer o que eles chamam de estudos comparados. A pessoa não se dedica a compreender a relação bilateral, mas pretende fazer um estudo comparado entre Brasil e China, entre Brasil e África do Sul, e assim sucessivamente. Na verdade, o que ela está fazendo é um estudo sobre Brasil e outro sobre, por exemplo, Espanha. Eu quero saber quais as variáveis escolhidas e que tipo de metodologia foi utilizada para comparar. Não se trata apenas de qualificar ou quantificar os dois países e dizer que são iguais, diferentes ou que tem elementos semelhantes ou distintos. Considero que avançamos, porque, hoje, é possível encontrar estudos sobre diversos países, apesar de não haver muita coisa a respeito das relações entre eles. É muito pouco. Na verdade, nossas preocupações estão concentradas em áreas de conflito, o que chama muita atenção, ou nas grandes potências. Temos ainda uma vasta agenda a ser explorada.

Márcio Scherma: Sob esse ponto de vista, eu também acredito que houve uma melhora. Até pela proximidade local, orientei trabalhos de graduação sobre Paraguai, Bolívia, etc. Shiguenoli, chegamos ao fim da entrevista. Além de agradecer, gostaria de saber se você deseja adicionar alguma outra questão ou colocação.

Shiguenoli Miyamoto: Não, da minha parte, não. Muito obrigado.

FIM DA ENTREVISTA



(...) É preciso aumentar o percentual em pesquisa e desenvolvimento, contudo nenhum governo tem feito isso de forma consistente, contínua, porque há necessidade de se fazer muitas negociações com agentes políticos. Inclusive, nesses últimos anos, temos visto o “orçamento secreto” e o desvirtuamento do uso dos recursos nessas áreas. (...)

(...) Nesses últimos anos, fala-se no Sul Global, nas relações Sul-Sul, porém é preciso medir o peso que esses países têm na modelagem do sistema mundial de poder, das grandes organizações, desde a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Podemos até ocupar alguns cargos, mas em instâncias que não são tão importantes na definição do poder mundial (alvo perseguido pelo Brasil), ainda que tenham certo destaque em termos econômicos ou políticos. Para isso, o país teria que ter um projeto independente de governos, um projeto de Estado, de média a longa duração, com continuidade. (...)

(...) Depois desses anos todos, existe ainda o problema do comportamento militar. (...). Em termos gerais, acredito que depois da criação do Ministério da Defesa, em 1999, muitas barreiras foram rompidas. (...). Muitas arestas foram aparadas, no entanto algo continua por causa do espírito da instituição. (...). Uma boa pesquisa poderia tirar várias dúvidas sobre o estamento militar. Mas teria que ser através de um bom grupo, com boa infraestrutura, recursos e tempo. Por outro lado, para a pesquisa que teria em mente, poderia enfrentar obstáculos porque teria que adentrar a caserna e isso, possivelmente, não seria permitido pela cúpula militar. (...). Outra coisa que também me preocupa, e que vejo com ressalva, é a forma de interação que a academia tem apresentado com as instituições militares. (...)

